NOTÍCIAS AFRICANAS

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 29 DE MARÇO 4 DE ABRIL DE 1993

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA
- Noticiário sobre a guerra e sobre as conversações de paz (Pág. 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 14)

GUINÉ-BISSAU
- Assassinato gera rumores de golpe (Pág. 10)
- Tropa descontente (Pág. 10)
- É preciso evitar que haja sangue (entrevista de Victor Mandinga, líder do PCD) (Pág. 11)
- Conflito de gerações motivou golpe (Pág. 11)

MOÇAMBIQUE
- Moçambique é um país viável (Pág. 12)
- Primeiro escalão [de militares portugueses participantes do plano de paz embarca em inícios de abril (Pág. 13)

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
- Partido de Trovoada cresce discreto (Pág. 13)

COMUNICADO

Participamos a todos os estudantes que recebem o *clipping* **NOTÍCIAS AFRICANAS** a imediata necessidade de confirmação de seus endereços residenciais, para atualização de nosso cadastro e para que continuem recebendo regularmente a publicação.

Ameaça de golpe na Guiné-Bissau

O assassinato do comandante da tropa de elite Forças de Intervenção Rápida (FIR), major Robulo, dia 17, pode estar relacionado com a rebelião de duas ou três unidades militares que proibiram seus chefes de entrar nos quartéis. A pronta resposta das FIR neutralizou os revoltosos, mas os pontos estratégicos da cidade de Bissau continuaram guardados por tropas. Dez oficiais estão presos. O major Robulo era um "incondicional" do presidente da República, general João Bernardo "Nino" Vieira, a quem as FIR estão diretamente ligadas.

Esse incidente está relacionado não só à aguda crise econômica e às dificuldades no processo de democratização (ver pág. 2), mas sobretudo a uma antiga inquietação reinante no meio castrense.

Em agosto passado, um grupo de militares endereçou carta aberta ao ministro da Defesa denunciando a péssima condição de vida nos quartéis. O ministro alegou que esses militares não conseguiram se adaptar aos novos tempos.

Por trás dessa tensão de ordem econômica, há uma outra reinante entre os veteranos da luta de libertação. Estes têm sido, ao longo do tempo, preteridos nas promoções por oficiais mais jovens, com formação militar moderna e idéias mais reformistas. O governo vem colocando na reserva esses veteranos e demitiu recentemente alguns deles, acusando-os de estarem sendo instrumentados politicamente pelos *duros* do regime.

Esse chamado "conflito de gerações" tem por vezes também uma conotação étnica. Muitos dos veteranos são balantas, do Sul, região onde começou a luta armada e que, apesar de grande produtora de arroz – o alimento básico da população –, continua não sendo assistida suficientemente pelo Estado.

José Maria Nunes Pereira

ANGOLA

Uma proposta da Unita

O representante da Unita junto às Nações Unidas, Marcos Samondo, em entrevista ao *Público* (19.3), apresentou uma proposta de negociação da organização liderada por Jonas Savimbi para a resolução do conflito angolano.

Como preliminar, ele indica a dissolução imediata do atual governo e a criação de "um governo de transição de unidade nacional" no qual a Unita viria a chefiar algumas das pastas-chave como Defesa, Finanças ou Relações Exteriores.

A proposta inclui outros pontos a serem discutidos, como o cessar-fogo, a polícia antimotim, a proibição de importar armamento, a realização do segundo turno das eleições presidenciais e o papel da ONU no processo de paz. Neste ponto, a Unita é contrária à manutenção, no cargo, de Margareth Anstee, representante do secretário geral das Nações Unidas.

Marcos Samondo reafirmou a posição da Unita na defesa da "unidade nacional", mas acrescentou que deve haver governos regionais "autônomos, fortes, controlados pelo dominante em cada região". Isso serviria, disse ele, para garantir a segurança das pessoas, pois é necessário discutir "regras de convivência nacional para evitar perseguições étnicas no país". A proposta de maior autonomia regional está ligada às realizações de "eleições autárquicas" (Angola está dividida em 18 províncias, com 163 distritos e 532 comunas).

Com esse propósito de negociação, uma delegação da Unita está viajando para os Estados Unidos e Europa em busca de apoio. Essa proposta já é diferente da primeira apresentada por Savimbi depois que ganhou a batalha do Huambo. Nessa primeira, ele exigia uma agenda de negociações em aberto, o que significava poder passar por cima dos Acordos de Bicesse e do resultado das eleições.

A posição dos membros da *troika* é a de recusa à desvalorização das eleições de setembro passado, portanto não aceitar a dissolução da Assembléia Nacional nem a do governo, até que se realize o segundo turno das eleições presidenciais. Quanto à autonomia regional e eleições autárquicas – desde que realizadas dentro do espírito de Bicesse –, são propostas que terão certamente apoio na hora das negociações. (JMNP)

ANGOLA

A virada militar do governo

Com a reconquista primeiro de Soyo, área petrolífera, e depois de Mbanza Congo, as Forças Armadas de Angola afirmam ter iniciado a virada radical no quadro militar angolano. O chefe do Estado-Maior, general João de Matos, reconhece, contudo, que só agora as Forças Armadas começam a se reorganizar e que ainda estão em desvantagem no terreno.

Duas semanas atrás a Unita controlava 70% do território, correspondendo a cerca de um terço da população. As razões desse predomínio se relacionam com a manutenção pela Unita, após os acordos de paz, do núcleo *duro* de seu exército, que em apenas 30 dias após as eleições de setembro de 1992 ocupou militarmente metade do país, com cerca de 10% da população.

Do lado governamental, só a polícia antimotim, os conhecidos *ninjas*, se mantinha em ação, mas quase exclusivamente nas cidades. As antigas forças governamentais (Fapla) foram praticamente desmobilizadas após os acordos de paz e o que seria o novo exército único – as Forças Armadas de Angola (FAA) – permaneceu em embrião, até porque Savimbi mandou retirar dele a grande maioria de seus homens.

Ainda hoje, os generais das FAA se queixam da desproporção de meios das duas forças beligerantes. A Unita, como declarou Savimbi e reconheceram os observadores, é uma máquina de guerra, embora esta se vá desgastando com tão grande dispersão no terreno.

O governo permitiu que os meios de transportes passassem para particulares, os blindados ficaram paralisados por desvio de peças e até muitos pilotos dos Migs foram desmobilizados. Só recentemente essa situação foi sendo revertida. Por isso se compreende a posição do presidente Dos Santos quando pede o fim do embargo para a compra de armamentos.

Segundo o *newsletter África Confidencial*, a Rússia enviou dez pilotos de Mig para Luanda, embora, ao mesmo tempo, forneça armas utilizadas no Afeganistão para a Unita, que paga à vista com dólares provenientes da venda de diamantes cujas minas ainda estão sob seu controle. (JMNP)

A posição americana e a falsa partilha

Os Estados Unidos estão decididos a persuadir o governo de Angola e a Unita a terem um diálogo direto ainda que não com a agenda em aberto, como exigia Savimbi, e sim com "base nos Acordos de Bicesse, a única via praticável para restabelecer a paz em Angola", segundo informou uma fonte do Departamento de Estado à agência Lusa. Isso desmente, segundo a fonte, as referências do New York Times *a um plano de paz diferente da linha estabelecida em Bicesse e que envolveria uma partilha de Angola.*

Relacionamos a idéia de partilha a uma visita feita a Washington pelo ministro sul-africano das Relações Exteriores e à entrevista que ele concedeu ao New York Times. *Aliás, diga-se entre parênteses, que, apesar disso, se intensificam os contatos entre Luanda e Pretória e que o petróleo é um dos mais importantes assuntos em pauta.*

Voltando ao discutido plano de partilha, o presidente Dos Santos, em entrevista à RTP (televisão portuguesa), negou sua existência, confirmando todavia a existência de consultas dos Estados Unidos – e dos dois outros membros da troika *de intermediários – junto ao governo angolano e à Unita.*

Quanto a um encontro direto entre o presidente Dos Santos e o líder da Unita, sugerido pelo secretário geral da ONU, Butros-Ghali, observadores diplomáticos em Luanda descartam como próxima essa hipótese: "equivaleria a queimar o último cartucho". Deverão primeiro ser resolvidas em outros escalões as questões essenciais do conflito angolano. (JMNP)

GUINÉ-BISSAU

Eleições ainda este ano

Depois de longo impasse no seio da Comissão Multipartidária de Transição, entre o governo do PAIGC e dez partidos de oposição, foi formada, em 17 de março, a Comissão Nacional de Eleições, condição indispensável para o apoio financeiro norte-americano ao processo eleitoral.

A Comissão Nacional de Eleições é presidida por um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Alberto Lopes "Dickson", e tem mais cinco membros, entre eles o presidente da Liga Guineense dos Direitos do Homem, o magistrado Fernando Gomes.

Os partidos de oposição têm trocado acusações mútuas e até agora não apresentaram um candidato à Presidência da República capaz de competir com o carisma de "Nino" Vieira, famoso combatente da libertação que está na Presidência desde 1980, quando derrubou com um golpe militar Luís Cabral

Inicialmente agrupados no Fórum Democrático, quatro dos partidos de oposição se associaram numa nova coligação, a União Democrática da Oposição (Unido). São eles: o Partido da Convergência Democrática, o Partido da Democracia e Progresso, o Partido da Renovação Social e a "ressuscitada" FLING, do tempo colonial – a Frente de Libertação para a Independência da Guiné.

Para viabilizar o sistema da transição é necessário que a Assembléia Nacional Popular, composta exclusivamente por deputados do PAIGC, governamental, reveja algumas leis inaceitáveis pela oposição democrática. Uma delas limita a candidatura à Presidência da República aos guineenses de "origem", isto é, aos naturais do país cujos pais também nasceram na Guiné-Bissau. Por essa lei, nem Amílcar Carbral, o fundador do PAIGC, se vivo, poderia condidatar-se, pois embora nascido na Guiné-Bissau seus pais eram cabo-verdianos.

A lei visa atingir o núcleo da sociedade "crioula", que é cultural e, por vezes, também biologicamente mestiça. Ela constitui perto de 5% da população e, em decorrência do passado colonial, apresentou um grau de instrução mais elevado. O irônico da situação é que a lei atinge igualmente um não-crioulo, o primeiro vice-presidente da República, coronel Lafai Camara. Ele é originário da vizinha Gâmbia. (JMNP)

MOÇAMBIQUE

Um país viável?

Para muitos empresários e técnicos a resposta seria positiva, mas não isenta de inseguranças. O país está destruído pela guerra. O nível de pobreza e a necessidade de investimentos são enormes. O salário médio mensal é baixíssimo. A percentagem de analfabetos é expressiva. O PIB *per capita* é extremamente baixo. Muitos têm no baixo consumo o único sinônino de sobrevivência, sendo que apenas cerca de três milhões, dos 16 milhões de habitantes, podem ser considerados consumidores.

O Programa de Reajustamento Econômico, aplicado desde 1987, conseguiu sem dúvida diminuir a taxa de inflação e atingir um pequeno mas não insignificante nível de crescimento econômico. Mas o preço normalmente foi muito alto. Agravaram-se o índice de desemprego e a descapitalizaçao das empresas, sucedendo-se ainda constantes desvalorizações da moeda, o metical, e habituais aumentos dos preços, em particular dos produtos de primeira necessidade. E ainda se esperam maiores dificuldades, pois a execução do plano está em andamento.

O setor industrial acumula problemas estruturais. O peso da indústria na economia moçambicana é limitado, sendo pequena sua participação tanto no PIB como no nivel de empregos. Alguns industriais acusam a falta de uma estratégia governamental para o setor no imediato pós-guerra.

O fato é que, diferentemente do setor agrário, o industrial ficou em grande parte distante das destruições causadas pela guerra. Mas o setor carece de maquinárias modernas, de matérias-primas, de qualificação dos produtos, de crédito bancário etc. O empresariado moçambicano não tem mais sobre si o monopólio do *guarda-chuva* governamental. Diante de uma situação de concorrência, tem que enfrentar sérias dificuldades. No todo a produção industrial não satisfaz em quantidade e qualidade às necessidades do mercado. Há ainda problemas de gestão (há demandas de quadros qualificados) e excesso de mão-de-obra em várias empresas.

O plano exige competência, agressividade, competição e transformações estruturais rumo à liberalização da economia e à integração de Moçambique na economia mundial. Por outro lado, qualquer estratégia de desenvolvimento industrial, terá que se integrar a estratégias para o setor agrícola. Os baixos índices da economia moçambicana se deveram não só a políticas equivocadas da Frelimo, mas também às ações da Renamo contra infra-estruturas econômicas e sociais em vários locais do interior do país.

As medidas até agora tomadas não melhoraram o padrão de vida da grande maioria da população – e mesmo que produzam melhoras não acreditamos que venham a ser substanciais a médio prazo. Além disso, insatisfações já são claras entre alguns estratos sociais. Diante desse quadro-síntese é que Moçambique persegue a paz, a democracia, o pluralismo político e, infelizmente, revigora projetos partidários populistas e racistas.

Edson Borges

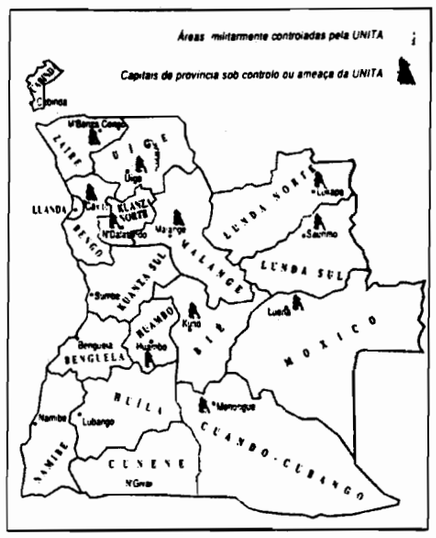
Queda do Soyo entusiasma Governo angolano

PÚBLICO, 16.3.93

Luanda ganha novo fôlego

António Matos
em Luanda

Com a reconquista do Soyo, o Governo angolano poderá ter ganho fôlego para iniciar uma caminhada que poderá não ter fim: desalojar militarmente a UNITA de mais de dois terços do território. O chefe das tropas governamentais admite estar em desvantagem face ao movimento rebelde no teatro da guerra. Como conseguiu a UNITA um tão evidente predomínio no território angolano?



No dia 30 de Outubro de 1992, o Comité Central do MPLA emitiu um comunicado em que enumerava exaustivamente os 65 municípios e as mais de 150 comunas controladas militarmente pela UNITA e advertia o movimento de Jonas Savimbi de que não restava "outra solução senão a de activar todos os recursos ao alcance do Estado para a defesa da soberania nacional". No mesmo dia, numa reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (organismo que acompanhava a aplicação dos acordos de paz), o vice-ministro do Interior, Fernando Piedade dos Santos "Nandó", desabafava: "Estamos fartos." No dia seguinte, começou a sangrenta batalha de Luanda, que se repetiria em outras cidades, como Benguela, Lobito e Lubango.

Na altura — um mês depois das eleições cujos resultados a UNITA se recusou a aceitar, apesar do veredicto das Nações Unidas de que tinham sido "de uma maneira geral livres e justas" — o movimento rebelde controlava já mais de metade do território angolano. Agora, a oposição armada controla mais de 70 por cento do país, o que foi reconhecido na sexta-feira por Margaret Anstee, representante especial para Angola do secretário-geral das Nações Unidas, durante uma exposição ao Conselho de Segurança. Como foi possível à UNITA conquistar o controlo militar de tão elevada parcela do território?

Tropas escondidas

À data das eleições, 29 e 30 de Setembro, o movimento de Jonas Savimbi dominava pela força das armas mais de 50 por cento do espaço angolano. Não tinha municípios — formalmente, a extensão da administração do Estado a todo o território estava consumada —, não tinha nenhuma fronteira com o mar, a mancha do galo negro ia do Nordeste ao Sul de Angola. Nas áreas controladas pelo movimento rebelde (ver PÚBLICO de 29 de Setembro de 1991) vivia cerca de meio milhão de eleitores (dez por cento do total) a quem os outros partidos concorrentes não fizeram chegar a sua mensagem.

Este foi o ponto de partida e a consolidação do domínio territorial da UNITA contou depois com um vasto dispositivo de tropas que nunca seriam desmobilizadas — apesar da extinção formal das FALA (exército rebelde) em 27 de Setembro.

Em Abril de 1991, os generais dissidentes da UNITA, Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna, revelariam em entrevista ao PÚBLICO que o movimento a que tinham pertencido mantinha nas matas um "exército de reserva" de 20 mil homens. Ao sudeste do território deslocaram-se depois várias missões de fiscalização e verificação para averiguar a verdade das revelações dos ex-ministros sombra do Interior e dos Negócios Estrangeiros da UNITA.

(Tony da Costa Fernandes fizera a sua última intervenção pública como membro da UNITA no dia 13 de Fevereiro, para refutar acusações do Governo de que o seu partido teria armamentos enterrados).

O exército não foi visto, mas hoje pouca gente tem dúvidas de que os cinco meses que se seguiram às eleições jamais seriam suficientes para Jonas Savimbi reorganizar as suas tropas, colocando-as em vários pontos do território e revelando grande eficácia militar.

Os 30 dias que mudaram Angola

Se à data das eleições os municípios estavam todos nas mãos do Governo — apesar de a UNITA ter, como se disse, ascendente militar em mais de metade do território —, em apenas 30 dias o movimento de Savimbi conquistou 65 sedes de concelho. Cifra que é hoje bem mais expressiva — 86 dos 157 municípios.

Logo no rescaldo da batalha de Luanda, a UNITA conquistaria as cidades do Caxito (capital da província do Bengo, a cerca de 60 quilómetros de Luanda) e de N'Dalatando (ex-Salazar, capital da província do Cuanza Norte, zona de tradicional implantação do MPLA). Ao mesmo tempo, apesar de desalojada de alguns municípios em províncias como Malanje e Benguela, a UNITA dava mostras de poder ir mais longe.

No dia 30 de Novembro, 48 horas depois de as delegações do Governo e da UNITA terem reatado as negociações de paz no Namibe, cidade litoral do Sul, as tropas de Savimbi tomam as cidades nortenhas do Uíje e do Negaje (província do Uíje), onde ainda se mantêm.

Com o Ano Novo, veio a espiral da guerra. Batalhas um pouco por todo o país, das quais a UNITA sairia maioritariamente em vantagem. Conquistou a capital da província do Zaire, M'Banza Congo, e a região petrolífera do Soyo. Depois de 56 dias de combate, ficaria também com o controlo da sua praça mais forte — o Huambo. Do Luena chegaram relatos de violentos combates, mas a capital do Moxico continuaria nas mãos do Governo.

O cerco da UNITA aperta-se agora sobre Malanje — cidade de forte implantação do MPLA, que levou Savimbi a afirmar um dia ser "preferível perdoar dez cubanos do que perder um malangino" —, Cuito (capital do Bié) e Menongue (capital do Cuando Cubango). A Vorgan, rádio da UNITA que emite a partir da Jamba, já ontem anunciava a conquista de Menongue.

"Viragem radical"?

Com a reconquista do Soyo, na sexta-feira, região petrolífera onde as tropas de Savimbi se encontravam desde 20 de Janeiro, as Forças Armadas Angolanas (FAA) dizem ter iniciado "a viragem radical" do quadro militar angolano. O chefe de Estado-Maior General das FAA, João de Matos, admite que os dois principais ramos (Exército e Força Aérea) "estão ainda a preparar-se", reconhecendo que "as forças governamentais estão em desvantagem no terreno".

Quando, em 27 de Setembro de 1991, se dava formalmente a fusão de efectivos dos dois exércitos partidários num único, o Governo estava afinal a herdar um somatório de equívocos.

No dia 4 de Outubro, 11 generais da UNITA abandonam as FAA, protestando contra "a fraude eleitoral". As FAPLA, tropas do MPLA, estavam desmobilizadas — a UNITA acusa o Governo de ter transferido efectivos das FAPLA para a polícia antimotim, ou "ninjas", formada por espanhóis —, os meios de guerra daquelas tropas estavam depauperados — os meios de transporte tinham passado para mãos particulares, os carros de combate não funcionavam porque as baterias tinham sido desviadas e episódios como este repetiam-se — e, o que é mais importante, as FAA eram ainda um embrião.

Mais tarde, já no teatro de operações, os militares das FAA teriam pela frente soldados da UNITA envergando fardas... das FAA. A decisão de mudar as fardas nas frentes de combate seria tomada há pouco mais de um mês.

As armas mais poderosas do Governo seriam, entretanto, os "ninjas", que actuavam sobretudo nas cidades, e a aviação, equipada com caças MiG de fabrico russo. De acordo com o optimismo que o general João de Matos começa a revelar depois da desmoralizadora derrota do Huambo, o Exército parece estar agora equipado com meios letais e logísticos que não tinha em Janeiro.

Mas uma questão subsiste: será possível ao Governo, em algum momento, desalojar a UNITA das cidades e municípios, reeditando o cenário de 1975? ■

O porta-voz indiscreto

PÚBLICO, 17.3.93

António Matos
em Luanda

O Presidente angolano deu ontem uma entrevista ao programa A Marcha do Tempo da RTP. Durante cerca de uma hora, aceitou falar de tudo. Pediu armas à comunidade internacional e disse não haver nenhum plano de paz norte-americano para Angola. Mas a entrevista poderia ter sido diferente se o seu porta-voz não tivesse espreitado o guião de Maria Elisa.

O Presidente angolano disse ontem em Luanda que os elementos da UNITA designados para os cargos de ministro da Cultura e de quatro vice-ministérios no Executivo de Luanda "só serão empossados quando a guerra acabar".

Esta foi a primeira vez que José Eduardo dos Santos se pronunciou sobre o assunto e fê-lo durante uma entrevista à RTP, gravada ontem de manhã no palácio presidencial angolano e difundida à noite no programa "A Marcha do Tempo".

Durante a conversa com Maria Elisa, o chefe de Estado angolano adoptou sempre uma atitude serena. Mas o tom da entrevista — a cuja gravação assistiu o enviado permanente do PÚBLICO em Luanda — poderia ter sido outro se Eduardo dos Santos não tivesse sido prevenido da pergunta com que a jornalista portuguesa arrancaria a conversa de cerca de uma hora.

Aldemiro da Conceição, porta-voz da Presidência da República angolano, olhou ostensivamente para os papeis que Maria Elisa manejava alguns minutos antes da chegada do Presidente à sala onde foi gravada a entrevista, retirando-se em seguida com o assessor de imprensa, Mena Abrantes.

Eduardo dos Santos, que faz gala em ser pontual, acabaria por só entrar na sala às 8h20, em vez das fixadas oito horas. E respondeu com "clichés" quando instado a dizer o que achava da morte, natural ou violenta, de Jonas Savimbi, líder da UNITA e seu principal rival na cena político-militar angolana. "Não desejo a morte de nenhum angolano, embora todos tenhamos de a enfrentar um dia", disse. Perante a insistência da jornalista, escusar-se-ia com o argumento de que lhe era "difícil pronunciar-se sobre um cenário nunca [por si] imaginado".

Apesar de tudo, a incomodidade de algumas perguntas não a disfarçou Eduardo dos Santos que no intervalo desabafou para Maria Elisa: "As suas perguntas são um pouco picantes!?". "E as respostas podem ser um pouco mais duras, camarada Presidente", arrematou Mena Abrantes.

A entrevista acabaria por não revelar um José Eduardo dos Santos mais desinibido ou crispado do que habitualmente, apesar de o Presidente angolano ter falado sem tabus sobre a compra de armamento; ter revelado velhos princípios do monolitismo político quando se pronunciou sobre a imprensa angolana e o papel da imprensa; ter pedido abertamente ao mundo que ajude o Governo angolano a armar-se; ter dito que "isso já acabou" quando Elisa falou do poder popular, para depois reconhecer que o povo em armas "é uma boa defesa para o país" — "contra a UNITA", claro.

O "plano" americano

Na ordem do dia, ontem, estava porém uma notícia de segunda-feira do diário norte-americano "New York Times", segundo a qual o Presidente angolano teria já aceite um plano da Administração norte-americana para a paz em Angola.

O conteúdo da proposta norte-americana teria sido apresentado a Eduardo dos Santos na segunda-feira por José Patrício, embaixador angolano junto da Organização dos Estados Americanos, em Washington. Ao que o PÚBLICO apurou, o Presidente recebeu, de facto, José Patrício em audiência, anteontem.

O Presidente angolano negou, no entanto, a existência desse plano adiantando que decorrem apenas consultas dos Estados Unidos — que compõem com Portugal e Rússia a "troika" de observadores do processo de paz angolano — ao Governo e à UNITA sobre a metodologia a adoptar para pôr fim à guerra civil.

Em Washington, um porta-voz do Departamento de Estado, citado pela Lusa, tinha avançado na véspera alguns esclarecimentos suplementares. Explicou que os EUA continuam a considerar o "diálogo directo" entre o Governo e a UNITA, "com base nos Acordos de Bicesse", a única via "praticável" para restabelecer a paz em Angola.

Nas grandes linhas, a Administração Clinton repete as posições adoptadas pelos representantes da ONU e pelos observadores antes da batalha do Huambo: a necessidade de um cessar-fogo imediato, um compromisso de respeito pelos aspectos-chave dos acordos, designadamente a desmobilização, o desarmamento e a preparação da segunda volta das eleições presidenciais, além de um papel reforçado das Nações Unidas.

Entretanto, em declarações à Rádio Nacional Angolana, Aldemiro da Conceição fez mais uma precisão. Declarou "para já impensável" uma cimeira entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi pois, antes desse eventual encontro, "devem ser resolvidas as questões essenciais do conflito angolano".

Observadores diplomáticos em Luanda também afastam a hipótese duma cimeira, sugerida por Butros-Ghali, pois, caso falhasse como é altamente provável, equivaleria a "queimar o último cartucho" e tornar a guerra irreversível.

A própria retomada de negociações directas parece agora mais difícil e complicada. Se antes da conquista do Huambo a UNITA recusou comparecer em Adis Abeba, para só negociar mais tarde em posição de força, hoje não parece fácil para o Governo sentar-se à mesa de negociações quando o adversário ocupa dois terços do território do país. ■

PÚBLICO, 16.3.93

LUANDA CONCORDA COM PLANO DE PAZ DE CLINTON — Uma fonte oficial angolana confirmou ontem à Lusa a apresentação de um plano de paz norte-americano para Angola, que desde já tem o acordo do Presidente José Eduardo dos Santos. O referido plano, de autoria do secretário de Estado adjunto Herman Cohen, mas cujo conteúdo não foi precisado, teria sido transmitido pessoalmente ao Presidente angolano pelo seu embaixador junto da Organização dos Estados Americanos, José Patrício, que viajou sexta-feira de Washington para Luanda. Segundo "New York Times", citando funcionários do Departamento de Estado que falaram sob anonimato, a Administração Clinton está agora a debater as formas de pressionar o líder da UNITA. Segundo as mesmas fontes, os meios de persuasão de Washington sobre Savimbi são hoje mais fracos que outrora e o chefe de serviço de ligação norte-americano em Luanda, Edmond Dejarnette, terá repetidamente aconselhado ao Departamento de Estado o reconhecimento do Governo angolano. **(ver pág. 16).**

PÚBLICO, 19.3.93

EUA AMEAÇAM RECONHECER GOVERNO ANGOLANO — O secretário de Estado norte-americano Warren Christopher enviou, na semana passada, uma missiva ao líder da UNITA em que ameaça com o reconhecimento pelos EUA do actual Governo de Luanda e, em simultâneo, com o fim do embargo a Angola, caso Jonas Savimbi não venha a mostrar uma vontade firme de retomar as negociações para a paz no país. Segundo uma informação veiculada ontem pela agência Reuter, Christopher propôs também a realização de um encontro entre o dirigente da UNITA e Geoffrey Davidow, especialista norte-americano em assuntos africanos. Ainda segundo a mesma fonte, Savimbi terá respondido evasivamente à questão da retoma das negociações, mas uma delegação da UNITA era aguardada na Costa do Marfim durante o dia de ontem.

ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL – CADASTRO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL (1970-1990)

Um importante instrumento de pesquisa para os estudiosos

À VENDA NO CEAA (US$ 10.00)

Jornalista relata a maior batalha de Angola, refere massacre de portugueses e responde a Savimbi

"Dia e noite confundiam-se no Huambo"

Adelino Gomes e José Mário Costa

PÚBLICO, 18.3.93

A manhã de ontem passou-a entre laboratórios e o hospital, em Lisboa. Os 55 dias da maior batalha da guerra de Angola deixaram-lhe marcas gastrointestinais profundas, para além do ferimento na perna esquerda, de que vai recuperando. De tarde, entre entrevistas e um ou outro encontro com patrícios, uma saltada ao Arquivo de Identificação. Negro, natural de Luanda, 32 anos, cinco filhos, Willian Afonso Tonet é neto materno de um português de Alvaiázere. Amigos e inimigos creditam-lhe a coragem de tentar ser independente num país em guerra civil. A batalha do Huambo deixou-o, sozinho, na trincheira de um dos lados em confronto. Sem a parabólica de Peter Arnett. Regressará a Angola, quando curado, decidido a juntar num aperto de mão, como há dois anos, no Luena, generais do Governo e da UNITA.

PÚBLICO — Acusa a UNITA de ter massacrado à catanada seis famílias mestiças e cinco brancas na Caála [uma cidade próxima da capital do Planalto Central, com uma importante comunidade portuguesa]. Tem provas? Como se chamavam?

WILLIAN TONET — Um filho de uma das famílias (mestiças) escapou para a zona do Governo e contou. Só conheço o nome do jovem que escapou. Chamava-se José Manuel António, mas não sei o apelido.

P. — E no Huambo: conhece em concreto casos de massacres?

R. — Na minha reportagem [transmitida terça-feira à noite na SIC] aparece um médico vestido com um blusão vermelho a cuidar de uma criança. É o dr. Armindo. Na casa dele viviam 12 pessoas. Mataram uma filha de 17 anos, na presença da mãe, que se safou apenas porque falava umbundo [a língua da etnia da UNITA]. O médico tinha três filhos, mas só pôde trazer um deles na fuga.

Massacre de portugueses

P. — Teve evidência de outros massacres?

R — Eles começaram com o assassinato da família Marcelino [do investigador Fernando Branco Marcelino] e do dr. [David] Bernardino [em Outubro e Dezembro, respectivamente]. Depois foi o do Pinto.

P. — Pinto quê?

R. — Não sei. Vivia há muito tempo no Huambo. O enterro dele foi acompanhado por muita gente. Muitos não viviam a zona baixa da cidade e acabaram por ser apanhados entre dois fogos. Alguns desapareceram. Existe um certo racismo da UNITA em relação ao pessoal português, por razões que só este movimento poderá explicar. A verdade é que se registou um extermínio quase selectivo, com as acções a serem executadas de forma camuflada, e os corpos das vítimas a serem escondidos.

P. — Outros nomes de portugueses?

R. — Dois elementos da família Coelho, da empresa [de acessórios para automóveis] Abamat. Nesta guerra, segundo um cálculo meu, terão morrido uns 20 a 30 portugueses que não quiseram abandonar a cidade.

P. — Quantos portugueses se acolheram à protecção governamental?

R. — Quinze famílias. Na fuga, no meu grupo, vinham três. Só retenho um nome, mas não o posso revelar para já. É um homem de negócios de quem me tornei amigo e que ficou para trás logo no primeiro dia da fuga, com alguns responsáveis militares, aliás. Não aguentaram. Trouxe uma carta para a família e não tive coragem ainda de os contactar.

Pela calada da noite

P. — Como foi possível seis mil pessoas fugirem de uma cidade onde os reforços governamentais não conseguiram chegar?

R. — No sábado [6 de Março] a UNITA chegou ao Palácio e à delegação do Ministério do Interior, conquistou a Televisão, e ocupou o Pica-Pau, um edifício de lojas e apartamentos que constituia um posto avançado estratégico do lado governamental. Mas o MPLA reocupou vários desses objectivos estratégicos, entre eles o Ministério do Interior, a Igreja Adventista, a unidade rádio-patrulha, estabelecendo uma enorme linha de contenção, que englobava os bairros da Aviação, Santo António. S. Pedro e Calomanda. Pois bem, às duas da manhã de Domingo, acordam-nos e dizem que temos de abandonar imediatamente o Huambo. Pergunto porquê. "Se não sairmos hoje e agora, podemos ser todos dizimados", responderam-me.

P. — Mas como sairam?

R. — Aí é que está o interessante da acção. Lançaram fogo em todas as direcções, com uma salva especial de 53 obuses de RM-21 sobre o palácio. Enquanto a UNITA se avinha com aquilo que parecia ser uma nova ofensiva, quatro mil pessoas refugiadas nos pavilhões do IIVA [Instituto de Investigação Veterinária de Angola] começaram a sair, precedidas por pequenos grupos de reconhecimento.

P. — Como é possível, mesmo assim, tanta gente passar despercebida na cidade, e ao longo de centenas de quilómetros?

R. — Era de noite. Toda a gente ia apeada, e contornávamos todos os obstáculos (**ver gráfico**).

A "técnica" foi toda destruida: blindados, peças de artilharia, jipes. Os soldados só levavam [espingardas metralhadora] AK e (metralhadora de fita, soviética] PKM.

P. — Diz que um avião Hércules C-130 abastecia diariamente as tropas da UNITA, aterrando no Gove. Os aviões MIG, do Governo, não foramo capazes de interceptar esses voos, ou de neutralizar a pista?

R. — Só voam de dia, e os Hércules faziam as operações de noite. E podem aterrar em terra batida.

Guerra sem prisioneiros

P. — No seu filme (é uma crítica) as imagens da fuga nunca dão a ideia dos milhares de pessoas que iam a pé, pelas serras angolana. Porquê?

R. — Por causa das baterias e da chuva. Era preciso poupar. Além disso perdi algumas das cassettes ao atravessar os rios. Nem todas as imagens puderam ser vistas ainda. O Huambo tinha quase meio milhão de habitantes, e hoje terá 50 mil. Todos os edifícios públicos necessitam de ser reparados. As igrejas ficaram semidestruidas porque a UNITA vivia muito em volta delas.

P. — Fala-se muito em mercenários. Viu algum?

R. — Filmei dois sul-africanos, com documentação namibiana.

P. — O que lhes aconteceu?

R. — Devem ter sido mandados para a "fábrica de cerâmica"..

P. — Quantos prisioneiros fizeram os governamentais durante os 55 dias?

R. — Os responsáveis de parte a parte sentiam a falta de alimentos e entre ter comida para um prisioneiro ou para um camarada não hesitavam. A UNITA não fazia prisioneiros. Executou famílias a sangue frio.

R. — E os do Governo seguiram-lhe o exemplo?

R. — As crianças eram recolhidas. Eu próprio tinha duas comigo.

P. — E os outros?

R. — Quanto aos prisioneiros propriamente ditos, os que se declaravam dispostos a lutar contra a ala militarista da UNITA eram recuperados e ficavam nas trincheiras.

P. — E os outros?

R. — Os outros, não.

P. — Não o quê?

R. — Oh pá! [silêncio prolongado]

P. — Não houve prisioneiros nem mortos entre os oficiais superiores de ambos os lados?

R. — Do lado da UNITA terá sido morto (nunca ninguém o confirmou, no entanto) o general "Tarzan". Morreram, dos dois lados, coronéis, tenentes-coronéis, majores. Penso que do lado governamental tenham sido mil e tal, contando com polícias e voluntários.

P. — Formaram-se também milícias civis, como em Benguela, por exemplo? Os portugueses integraram -se nelas?

R. — Havia milícias, mas não vi portugueses.

O ataque à residência de Savimbi

P. — Quem comandava as forças governamentais?

R. — Havia um comando unificado, presidido pelo general Sukissa, superintendente da Polícia. O general N'Gueto, das FAA [as forças armadas governamentais] era seu adjunto.

P. — Isso parece dar razão à UNITA quando o movimento de Jonas Savimbi dizia que os "ninjas" constituiam o verdadeiro exército.

R. — Como as FAA estão em formação, não têm unidades compactas. De resto, no Huambo havia oficiais das FAA, mas não soldados.

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 5

"Dia e noite confundiam-se no Huambo"

P. — Como começou a batalha do Huambo? Savimbi diz que foram instruções directas do Presidente Eduardo dos Santos para expulsar a UNITA da cidade.

R. — Tudo começou quando a UNITA matou um sargento tanquista. Já se tinha registado a morte de dois outros militares. Um pelotão de tanques dirigiu-se à Casa Branca [residência oficial de Savimbi na cidade] e um tanque meteu o cano no edifício e disparou. Nesse dia, as tropas governamentais ocuparam aquela zona, coisa que não tinha sucedido até aí.

P. — Como era um dia típico nesta batalha de quase dois meses? A que horas havia mais combates? Acordavam de manhã e começava a guerra?

R. — As noite e os dias confundiam-se no Huambo. Não havia tempo para fazer nada continuadamente. O ruído dos bombardeamentos era ensurdecedor. Nunca consegui dormir mais de duas horas. A guerra foi essencialmente um duelo de artilharia.

P. — De que conversavam? Da vida, da morte, contavam anedotas?

R. — De tudo isso, da situação. Fiz esse amigo português de que falei, éramos dois civis no meio de militares, não tínhamos nada a ver com a guerra. Deu-me a carta que eu trouxe uns trinta dias antes da retirada. Outros fizeram o mesmo. Como eu era jornalista pensavam que seria evacuado mais cedo.

P. — Viveu momentos de desespero?

R. — Muitas vezes disse que não acreditava sair vivo de lá. Comecei a ficar seriamente preocupado quando a UNITA começou a fazer campanha contra mim.

P — Alguma vez se sentiu como Peter Arnett em Bagdad — único jornalista a testemunhar uma guerra?

R. — Sim. Mas devido á falta da parabólica...

Que Savimbi apresente as provas

P. — Savimbi acusa-o de ser espião do MPLA e de ter negócios sujos.

R. — Para já, dou-lhe um desconto e perdoo-lhe por essas tiradas infelizes. O facto de eu ter mantido sempre amizade com altos dirigentes da UNITA, ele próprio incluído, poderá tê-lo levado a confundir o meu papel de jornalista com simpatias por uma ideologia. Sabia que eu estaria à vontade para ir até ele e às posições dos seus homens, como lhe fiz saber que pretendia, mas a crueldade da guerra do Huambo, e tudo o que a UNITA ali fez inviabilizavam a presença de testemunhas independentes.

P. — Savimbi divulgou uma mensagem sua para o general João de Matos, alegadamente escrita nos seguintes termos: "Se estou aqui, estou aqui por si; por causa do nosso ideal comum. Farei tudo para ajudar o [superintendente da polícia] Sukissa".

R. — Como na guerra do Golfo, nós, jornalistas, utilizámos material de comunicações das tropas junto de quem nos encontramos. Mandei ao general Matos uma mensagem em que pedia para comunicarem à minha mulher que estava bem e continuava a resistir. Quanto aos "negócios sujos": como qualquer responsável de uma empresa, pedi que me pontualizassem a situação. Savimbi sabe que eu tenho essa empresa [de vídeo] pois os seus homens até me pediram para fazer a campanha eleitoral. Não aceitamos, mas fizemos alguns trabalhos de estúdio para a UNITA. Se tem provas de "negócios sujos", que as apresente.

P. — Testemunhou os horrores de uma guerra de um dos lados dela. Sente, hoje, mais simpatia pelo MPLA?

R. — Mantenho-me independente. Se não, em vez de ter vindo imediatamente para Lisboa, o tal ideal comum" de que Savimbi me acusa ter-me-ia levado a entregar o material ao general Matos ou ao estado angolano. A TPA vai ter que negociar com a SIC. Todo o material é meu. Podia ter-me limitado a trazer três minutos para Portugal. O meu compromisso com a SIC é apenas moral.

P. — Trata-se, apesar de tudo, de um melhor negócio para si...

R. — Na lógica dos "negócios sujos", podia ter feito chantagem, oferecendo o material em troca de benesses. Não o fiz.

P. — No Luena, antes de Bicesse, promoveu um aperto de mãos entre os generais Higino Carneiro (FAPLA) e Ben-Ben (FALA). Acredita que depois de tudo o que se tem passado, é possível voltar a vê-los apertar as mãos?

R. — Por serem homens da guerra, têm pontos em comum que torna mais fácil isso acontecer dependendo deles do que dos políticos.

P. — Por seu lado, dispõe-se a levar-lhe uma garrafa de champanhe, como no Luena?

R. — Agora vão duas. ■

PÚBLICO, 18.3.93

Guerra e paz segundo Willian Tonet

ESTÁ em Lisboa. Para recuperar, recebendo tratamentos de um ferimento de bala numa perna, de uma fractura na rótula e de graves problemas gástricos e intestinais resultantes da péssima alimentação e das águas que teve de beber ainda no Huambo ou na retirada até à Catumbela.

Mas quem é este homem com um nome que seria comum nos Estados Unidos e na Europa? O avô paterno era belga e um dos accionista da então Companhia de Diamantes. Casou com uma Baluba, da região do Chabá, no Sul do Zaire. A geração seguinte foi de mulatos. Willian Afonso Tonet nasce, pois, de pai mestiço e mãe negra.

Com 32 anos, tem já um passado significativo de jornalista. Iniciou-se no "Jornal de Angola", passando depois para a televisão, em 1985. Aqui viria a enfrentar os primeiros problemas determinados pela lógica do partido único, o que lhe valeu uma ameaça de prisão — impedida por um despacho pessoal do Presidente José Eduardo dos Santos — e o afastamento dos órgãos de comunicação social do Estado.

Ingressa então nos quadros da Voz da América, e não tarda que seja acusado de ser agente da CIA e pró-UNITA. Mas pouco depois, já em 1986, quando vai à Jamba para cobrir o Congresso da organização de Savimbi, é detido e interrogado, sob a acusação de ser do KGB e pró-MPLA.

Correspondente de "O Jornal" e da TSF, trabalhou também para a Lusa na sua fase de instalação em Luanda. Troca, entretanto, a Voz da América pela Voz da Alemanha, e cria uma empresa produtora de televisão que tem colocado imagens de Angola no seu próprio país, em França, nos Estados Unidos e em Portugal.

O primeiro grande episódio decorrespondente de guerra ocorre no Leste de Angola, quando, ao mesmo tempo que delegações políticas e militares do Governo e da UNITA preparavam os acordos de paz em Portugal, os militares continuavam a guerrear-se no terreno. No Luena, antiga Luso, Willian Tonet foi um interveniente directo no termo das hostilidades.

Os confrontos decorriam há 45 dias e Tonet cobria a situação para a Voz da América. Um dia, quando enviava a crónica, via parabólica, a sua intervenção é interrompida pelas transmissões da UNITA. Do outro lado estava o general Mackenzi — oficial de campo do chefe de Estado-Maior das FALA, Ben Ben — que o criticava por só mostrar uma das partes. A crítica abrir-lhe-ia caminho para se propor ir ao outro lado da linha de fogo.

Ben Ben esteve de acordo, e ele foi. Já com Ben Ben, sugere-lhe a possibilidade de ele parar aquela guerra e tentar convencer o comandante do outro lado a fazer o mesmo. O general diz-lhe que não tem autonomia, que tem de contactar Savimbi.

Às quatro ou cinco da manhã do dia 14 de Maio do ano de Bicesse, recebe luz verde de Savimbi.

O jornalista volta a atravessar a linha de fogo, Higino Carneiro contacta Luanda. Tudo de acordo. Mas Willian Tonet pretendia que o gesto fosse mais do que um simples cumprimento. Em plena mata, instala uma máquina de escrever em que foram escritos os 12 pontos sobre o cessar das hostilidades. Por algum tempo, os principais protagonistas da batalha não se olhavam; depois foi a aproximação, até se instalar um diálogo desanuviado. Na altura, Tonet apareceu com a garrafa de champanhe que tinha escondida e a paz foi assinalada por um brinde.

Retomada a guerra angolana com uma violência aparentemente nunca antes atingida, o jornalista regressa ao principal palco das operações, Huambo, a segunda mais importante cidade de Angola, ponto estratégico, militar e político. Seguiu com uma companhia de "ninjas", a polícia antimotim. E filmou. Escondeu-se como se fosse um militar ou um civil e viu, através da câmara, fixando imagens únicas.

A sua presença incomodava sobretudo as forças da UNITA, apostadas na reconquista da cidade. Essa é a razão que justifica, em sua opinião, que o movimento tivesse dado ordem para que o matassem (mensagens nesse sentido foram captadas nas comunicações da UNITA).

Escapou, conseguiu abandonar o campo de batalha, percorrer 400 quilómetros num quadro de enormes privações. Chegou a Catumbela, antiga vila açucareira, entre Benguela e Lobito, onde tomou os primeiros soros. Três dias depois, chegou o jornalista Paulo Camacho, da SIC, para o trazer para Lisboa. Partia na segunda-feira para Luanda. Uma hora depois de ali chegar, voava para Lisboa, via Bruxelas.

Mas antes foi necessário atrasar o avião francês cerca de 20 minutos para permitir a Tonet ir a casa buscar a mulher e filho mais novo. Mas não tinham bilhetes, o passaporte estava caducado e faltavam os vistos para Portugal. Tudo, porém, foi ultrapassado. ■

Fernando Semedo

Portugal prevê sanções à UNITA

PÚBLICO, 18.3.93

O MINISTRO português dos Negócios Estrangeiros considera que a resolução sobre Angola aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui o "aviso final" à UNITA e prevê que o passo seguinte, no caso de não ser possível retomar o diálogo, seja a adopção de sanções ao movimento de Jonas Savimbi por parte da comunidade internacional.

Ontem, no encontro com a imprensa que se seguiu a uma reunião de trabalho em Lisboa com o secretário para os assuntos internacionais do ANC, Thabo Mbeki, Durão Barroso mencionou as sanções ao "traduzir" o ponto quatro da resolução, que preconiza "medidas apropriadas" para garantir a implementação dos acordos de paz em Angola.

Sem elaborar sobre os obstáculos de ordem prática que dificultariam a adopção de sanções à UNITA, Durão Barroso limitou-se a dizer que a medida é "perfeitamente possível". Pouco depois, no entanto, o próprio ministro acabaria por admitir previsíveis dificuldades, quando se referia à actual situação em termos de fornecimento de armas às duas forças em conflito. "Não há mecanismos que impeçam o apoio às partes em luta", disse o responsável pela diplomacia portuguesa, lamentando que "apareça sempre dinheiro para armas" e lembrando que a associação dos EUA e da então URSS ao processo de paz foi uma tentativa no sentido de travar as vendas de armas a qualquer uma das partes que viesse a violar os acordos. Uma tentativa que, admite Durão Barroso, não está a funcionar — "Parece que os EUA e a Rússia não têm influência suficiente para impedir o fornecimento" —, mas que "não deve ser esquecida".

"Não há um plano americano"

Em resposta a uma pergunta sobre a posição de Portugal face ao noticiado "plano americano" para a paz em Angola, Durão Barroso afirmou que "o que há não é um plano autónomo e sim um conjunto de diligências que a administração norte-americana a desenvolver para levar a UNITA a retomar o diálog,o". Diligências essas, insistiu o ministro, que são do conhecimento e contam com o apoio dos restantes observadores.

Quanto à sobrevivência dos acordos de Bicesse, o seu principal articulador e actual chefe da diplomacia portuguesa não tem dúvidas: "Continua a ser a única base possível para uma resolução duradoura do conflito".

É, portanto, com Bicesse como referência que Durão Barroso defende o maior empenhamento da comunidade internacional na questão angolana. "É importante que a comunidade internacional não desista", sublinhou o ministro português, recordando "outras situações que merecem uma atenção que Angola não tem merecido" e salientando a necessidade de uma "resposta no plano político e no plano humanitário" ao "sofrimento insuportável" do povo angolano.

ANC à espera de resposta

O maior envolvimento da comunidade internacional nos esforços para a resolução do conflito em Angola foi também a tónica da intervenção do representante do ANC, cujas declarações, aliás, soaram quase como um eco às posições defendidas por Durão Barroso.

A validade dos acordos de Bicesse e o respeito pelos resultados eleitorais em Angola foram várias vezes referidas como "balizas" de uma negociação negociada e Thabo Mbeki secundou as afirmações do ministro português ao atribuir importância decisiva à resolução aprovada por unanimidade no Conselho de Segurança.

Segundo Thabo Mbeki, estes mesmos princípios constam de uma carta que o ANC fez chegar à UNITA, que já acusou a recepção da mensagem mas ainda não respondeu ao apelo. A carta, esclareceu Mbeki, chegou ao conhecimento dos representantes de Jonas Savimbi antes do último pronunciamento do líder da UNITA.

Mbeki, cuja deslocação a Lisboa está relacionada com os preparativos da visita de Nelson Mandela a Portugal, marcada para o princípio de Abril, revelou ainda a preocupação do ANC com as "persistentes alegações" de apoio — governamental ou privado — que a UNITA estaria a receber através da África do Sul. Adiantando não dispor de provas, Mbeki adiantou que o ANC está a recolher informações sobre o assunto e sublinhou a importância da pressão internacional no sentido de evitar situações desse género.

Quando a conferência de imprensa já se aproximava do fim, um jornalista confrontou Durão Barroso com a perspectiva de encerramento das delegações da UNITA no estrangeiro. O ministro começou por dizer que não havia qualquer decisão nesse sentido, "talvez porque se queira explorar as possibilidades de diálogo até ao limite", e a pergunta deu-lhe o pretexto para uma conclusão que poderia resumir grande parte das respostas anteriores: "A questão está em saber qual é o limite..." ■

Joaquim Trigo de Negreiros

Representante da UNITA ao PÚBLICO

PÚBLICO, 19.3.93

Regionalizar Angola e destituir Governo

*Paulo Moura**
em Nova Iorque

Uma delegação de Savimbi deverá chegar na próxima semana aos Estados Unidos, e daqui partir para o local das negociações com o Governo angolano. Aí, segundo a UNITA, deverá ser discutida a formação de um Governo provisório e a realização de eleições autárquicas. É diferente a versão escutada em Luanda.

O representante da UNITA junto das Nações Unidas, Marcos Samondo, afirmou ao PUBLICO que a realização de eleições autárquicas e uma grande autonomia dos poderes regionais poderá ser a via para a solução do conflito angolano.

Um dos pontos a incluir na agenda das conversações entre a UNITA e o Governo angolano, disse Samondo, deverá ser o das "regras da convivência nacional", para evitar perseguições étnicas e políticas no país.

"As pessoas são obrigadas a fugir de Luanda ou de outras regiões controladas pelo Governo, para se refugiarem nas terras onde nasceram. Mas muitas vezes nem aí podem ficar em paz. Não têm para onde ir". Um governo autónomo, forte, controlado pelo partido dominante em cada região, explicou o representante da UNITA, "garantiria a segurança das pessoas".

Interrogado sobre se essas medidas não constituiriam um primeiro passo no caminho de uma secessão em Angola ou, pelo menos, de uma "limpeza étnica" idêntica à que os sérvios pretenderam aplicar na Bósnia, Samondo respondeu: "'Limpeza étnica' é o que está já a acontecer em Angola". E reafirmou o empenhamento da UNITA em defender a "unidade nacional".

A questão da regionalização e das eleições autárquicas é um dos pontos que a UNITA pretende introduzir na agenda das conversações, que propõe se realizem em Genebra o mais cedo possível. Uma delegação de alto nível da UNITA deverá partir de Angola para os EUA já na próxima semana, para conversações com o Secretário-Geral da ONU, Butros-Ghali, e representantes do Departamento de Estado americano. Daqui, a delegação da UNITA partirá para o local das negociações, que poderá ser em qualquer cidade europeia ou americana onde "haja condições de segurança e de comunicações".

Mas, do conjunto de propostas que o movimento de Jonas Savimbi quer debater nas negociações, consta também a da dissolução imediata do actual Governo e criação de um "Governo de transição de unidade nacional", em que a UNITA detenha algumas das pastas-chave (Defesa, Finanças ou Negócios Estrangeiros).

Outros pontos que deverão ser discutidos, segundo o representante da UNITA em Nova Iorque, são o cessar-fogo, a Polícia anti-motim, a proibição de importação de material militar, a segunda volta da eleição presidencial, a ajuda humanitária e o papel na ONU no processo de paz.

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 7

Regionalizar Angola e destituir Governo

Por outro lado, a representante do Secretário-Geral para Angola, Margaret Anstee, que partiu ontem para Luanda, não merece a confiança da UNITA. Segundo Samondo, Anstee foi implacável a denunciar os erros da UNITA, mas tem-se "esquecido" de falar dos "massacres" e "campanhas de desinformação" perpetrados pelas forças governamentais angolanas. A sua presença pode comprometer toda a intervenção da ONU no processo angolano, concluíu Samondo.

A proposta dos observadores

Nos termos da resolução do Conselho de Segurança da ONU de 12 de Março, condenando a UNITA, Margaret Anstee deverá comunicar ao Secretário-Geral, até ao fim do mês, se houve ou não evolução positiva no terreno e na atitude da UNITA. Se a situação persistir, a ONU adoptará "as medidas apropriadas" contra o movimento de Savimbi.

Em Luanda, um diplomata ocidental confirmou ao PÚBLICO que o movimento de Savimbi aceitou retomar as conversações de paz com o Governo angolano no quadro da proposta dos três países observadores, apresentada pelos Estados Unidos. A sugestão agora aceite pela oposição armada angolana resultou "de intensas consultas entre as diplomacias portuguesa, russa e norte-americana, que elegeram os Estados Unidos como 'broker' das negociações", precisou.

Mas, acrescenta a mesma fonte, ao contrário do que Savimbi propusera — uma ronda negocial com agenda aberta que não se cingisse aos acordos de paz de Bicesse — a proposta da "troika" reafirma a validade daquele protocolo como único instrumento para a paz em Angola. A proposta agora feita inova ao visar um acordo no sentido da regionalização do país, através da realização de eleições autárquicas, que seriam preparadas logo que um cessar-fogo fosse posto em prática. Mas os observadores recusam-se a desvalorizar as eleições de Setembro passado, um dos objectivos da UNITA. ■

* com António Matos, em Luanda

Angola

PÚBLICO, 19.3.93

Miguel Sousa Tavares

Entre o MPLA e a UNITA não há mal menor. Desgraçadamente para Angola, eles são o próprio mal.

Nunca quis ir à Jamba, nunca me deixei maravilhar pelos relatos épicos do sinaleiro da Jamba e das aulas de Latim sob o tecto de uma cubata, não aceitei o convite para ir ao beija-mão ao dr. Savimbi quando ele visitou Portugal como vencedor moral da guerra de Angola, em 1990.

Também nunca fui à Luanda do MPLA, nunca tive interesses ou negócios com o poder corrupto de Luanda, nunca me deixei impressionar pelos seus intelectuais ou ser convencido pelas razões da sua "legítima guerra contra o imperialismo e o 'apartheid'".

Na questão de Angola, pertenço a uma espécie rara de portugueses, a dos que não têm partido nem simpatia. De início, defendi, não as posições da UNITA, mas o direito da UNITA a ter posições, visto que, do outro lado, se defendia que a UNITA não tinha sequer o direito de existir. Até Bicesse, todos os governos portugueses, desde o primeiro governo do dr. Mário Soares, foram coniventes com os desejos de Luanda. Falaram sempre mais alto os interesses das empresas e dos negociantes portugueses em Luanda do que as obrigações históricas de Portugal.

A UNITA queixou-se e com razão: a nossa "Realpolitik", caucionando um regime ditatorial e corrupto até à medula dos ossos, tornou-se um motivo de vergonha nacional. E só não continuou, porque caiu o Muro de Berlim e Moscovo e Washington puseram-se de acordo para acabar com a guerra em Angola, o que pressupunha evidentemente o reconhecimento da UNITA. Por acaso, Bicesse situa-se em Portugal. Moralmente, porém, situa-se em Berlim, em Dezembro de 1989.

Foi a UNITA que ganhou a I guerra civil de Angola. Ganhou-a militar, política e moralmente. Impôs a paz e as eleições a um regime de partido único e às potências que o caucionaram, a troco do saque das riquezas de Angola. É óbvio que para quem estava habituado a negociar com a "gente civilizada" de Luanda, a possibilidade da UNITA ganhar as eleições tornou-se um pesadelo.

De um lado estava o "business as usual", as percentagens já estabelecidas a pagar aos funcionários do Governo por cada negócio levado a cabo, a liberalização dos costumes em contraste com a rigidez política, as noites na Barracuda e os fins-de-semana na ilha do Mussulo. Para os portugueses havia ainda a afinidade afectiva e cultural com a "nomenklatura" do MPLA, essa gente que tem o coração em Angola e o ego em Lisboa. E o que havia do outro lado? Um exército tribal e fanático, prestando vassalagem a um chefe louco e imprevisível, habituado a reinar pelo terror. Os khmers vermelhos de Angola.

No mínimo, o que se pode dizer é que Portugal e os outros nunca esconderam para que lado balançava o seu coração. Se eu vivesse em Luanda e tivesse que optar, também não hesitaria em defender o MPLA. O problema é que Angola não é Luanda e a paz não se obtém com a parcialidade do árbitro. Depois do vergonhoso silêncio dos observadores sobre o massacre de 31 de Outubro em Luanda, a UNITA nunca mais poderá confiar neste processo de paz. A menos que seja derrotada militarmente.

Porém, o que torna o caso angolano praticamente insolúvel é que, se não haverá paz sem a UNITA, também não parece possível que haja paz com esta UNITA. Se o "lobby" do dr. Savimbi em Portugal não compreendeu ainda os amigos que tem em Angola, recomendo-lhes vivamente a leitura do notável romance de José Sousa Jamba, contudo um homem da UNITA. "Os Patriotas" é uma fabulosa viagem ao universo do dr. Savimbi. E o universo do dr. Savimbi compõe-se dos seguintes mandamentos de fé: que a disciplina e a palavra do Mais Velho nunca se discutem; que o maoismo é o único projecto válido para Angola; que a pior gente de Angola, todos a serem liquidados, são os bakongos do Norte e os mestiços de Luanda; que os ovimbundus são o povo eleito de Deus; que os portugueses, particularmente, e os brancos em geral, são ladrões que devem ser corridos de Angola assim que a UNITA tomar o poder.

Que fazer, então? Dividir Angola ao meio ou aos talhões? Não me parece que isso conseguisse mais do que assegurar a continuação da guerra. Basta lembrarmo-nos da Índia e do Paquistão. Renunciar ao processo democrático, fazendo coro com os que defendem gulosamente que Angola serve como exemplo de que a democracia não faz sentido em África? E qual seria então a alternativa — uma ditadura militar dos "capacetes azuis" ou o apoio da ONU a uma nova ditadura de Luanda? (O extenso relatório do Banco Mundial sobre África, publicado em 1990, aponta a ausência de democracia como principal causa do atraso do continente. E refere as Ilhas Maurícias e o Botswana como os dois países de África com maiores índices de crescimento económico e melhorias sociais: dois países, coincidentemente, onde a democracia funciona com eleições e imprensa livre.)

Se se continuar a acreditar que a democracia é o único caminho para a paz e que se deve tentar a todo o custo impô-la à ganância de poder e desprezo pela morte e pelo sofrimento do povo dos dirigentes angolanos, de um lado e do outro, há que recuar outra vez ao ponto zero. Regressar aos acordos de Bicesse, mas fazendo agora tudo o que ficou por fazer — o desarmamento bilateral, o acantonamento de todas as tropas, a formação do exército único, a liberalização da imprensa — e anulando tudo o que foi feito, incluindo as próprias eleições legislativas. Formar um governo de transição integrado também por elementos da ONU, como no Camboja, para conduzir o país até que novas eleições possam ser levadas a cabo. Enfim, acima de tudo, esquecer as simpatias e a tentação de optar pelo mal menor. Entre o MPLA e a UNITA não há mal menor. Desgraçadamente para Angola, eles são o próprio mal. ■

Washington insiste em Bicesse

EXPRESSO, 20.3.93

OS ESTADOS Unidos estão decididos a persuadir o Governo de Angola e a UNITA a respeitar os Acordos de Bicesse como única forma de acabar com o conflito, segundo foi afirmado ao correspondente do EXPRESSO nos EUA por uma fonte da Administração Clinton ligada à questão angolana.

«Continuamos os esforços, em colaboração com a ONU e os observadores oficiais, para levar as duas partes a sentarem-se frente a frente», declarou o funcionário, sublinhando que Angola não foi esquecida pela nova Administração e frisando que Anthony Lake, o conselheiro nacional de Segurança de Bill Clinton, é um **«conhecido africanista»**.

A fonte contactada pelo EXPRESSO considerou **«totalmente falsas»** as referências do «New York Times» e de outros jornais americanos a um plano de paz diferente dos Acordos de Bicesse. Também negou que os EUA estivessem a considerar a hipótese de fechar as fronteiras angolanas para impedir a entrada de mais armas: **«Sabemos que seria inviável, e continuamos a pedir aos países vizinhos que não deixem passar armas pelo seu território»**.

A situação em Angola foi um dos temas abordados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof «Pik» Botha, nos contactos que teve quinta e sexta-feira, em Nova Iorque e Washington, com o secretário-geral da ONU e com o secretário de Estado norte-americano, Warren Cristopher.

Antes de deixar Pretória, numa entrevista ao «New York Times», Botha manifestara-se contra o reconhecimento do actual Governo angolano por Washington e a favor desse hipotético **«novo plano de paz»** para Angola que Bill Clinton teria proposto a José Eduardo dos Santos e a Jonas Savimbi.

Entretanto, a recente presença em Luanda do coronel Jain Breypendash, chefe do antigo «Batalhão Búfalo» — confirmada pelo correspondente do EXPRESSO em Luanda junto de uma fonte sul-africana na capital angolana —, fez crescer rumores acerca da participação de militares de Pretória na reserva no auxílio às Forças Armadas Angolanas (FAA).

A mesma fonte referiu-se também a intensos contactos entre Pretória e Luanda, envolvendo, desde há algum tempo, o vice-ministro angolano dos Petróleos, Desidério da Costa, um dos mais próximos e discretos assessores do Presidente José Eduardo dos Santos para a área diplomática.

Por outro lado, um quadro de uma empresa petrolífera estrangeira que se deslocou quarta-feira ao Soyo afirmou ter detectado militares estranhos à composição normal das FAA, o que foi desmentido por um funcionário do Ministério angolano da Defesa.

Um diplomata angolano não afastou a hipótese de empresas estrangeiras terem contratado ex-militares sul-africanos para a segurança das suas instalações, versão já invocada por Pretória quando foi acusada de apoiar militarmente a UNITA.

«Foram contratados técnicos, num mercado próximo e barato, exclusivamente para ajudar na formação das FAA», disse ao EXPRESSO um alto responsável do Ministério do Interior. Segundo uma fonte militar governamental, comandos das FAA estariam a ser preparados na zona do Cabo Ledo por especialistas portugueses e sul-africanos.

Do lado do movimento de Jonas Savimbi, acusado de estar a efectuar grandes compras de armamento na Ucrânia, o seu representante em Londres, brigadeiro Isaías Samakuva, disse ao EXPRESSO que a UNITA **«não precisa de comprar armas. O MPLA compra-as para nós e faz-nos o favor de as levar para onde mais precisamos delas»**. **«Só o material que capturámos no Kuito dá para fazer a guerra durante muitos anos»**, acrescentou.

Segundo Samakuva, **«a guerra vai continuar até uma das partes conseguir consolidar as suas posições no terreno»**, mas tudo depende dos resultados do périplo que a delegação da UNITA à primeira ronda de Adis-Abeba irá efectuar em várias capitais ocidentais.

Samakuva adiantou que a delegação visitaria **«em primeiro lugar Lisboa»** e que uma das questões por resolver é o papel da ONU. **«Duvido que a UNITA volte atrás em relação ao que o presidente Savimbi disse acerca da senhora Anstee»**, concluiu.

Forças Armadas reocupam Mbanza Congo

PÚBLICO, 21.3.93

AS FORÇAS Armadas Angolanas (FAA) recuperaram Mbanza Congo, capital da província do Zaire, e Tomboco, na mesma região — disse à agência Lusa uma fonte militar em Luanda, procurando confirmar assim uma alegada tendência para os governamentais começarem a reconquistar terreno.

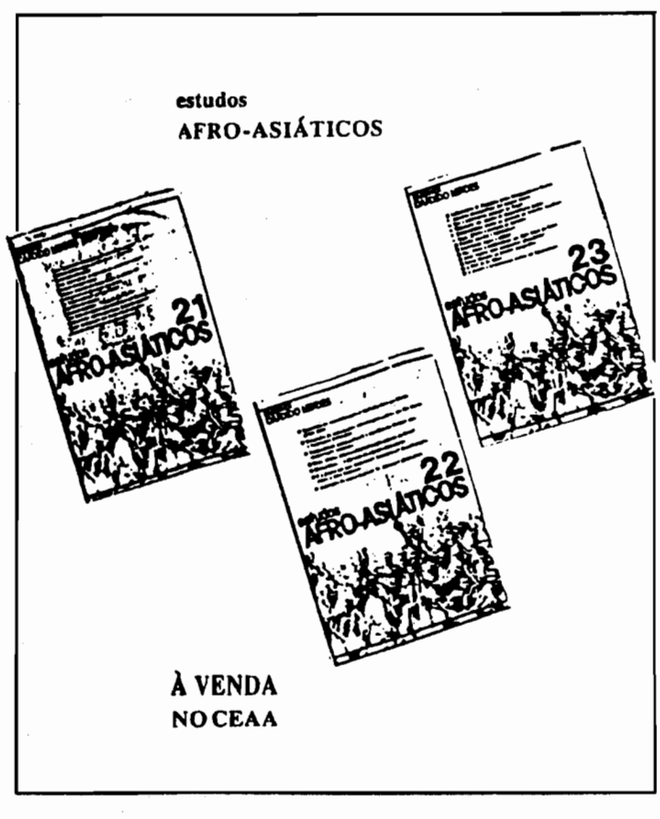
Segundo aquela fonte, a Força Aérea e a Infantaria tiveram um papel fundamental na recuperação das duas localidades, que criam uma bolsa de segurança para melhor defesa da zona petrolífera do Soyo, que há nove dias teria sido reocupada pelas tropas de Luanda. Mas ontem a rádio de Jonas Savimbi, captada pela BBC, insistia em que "nenhum petróleo sairá do Soyo, porque tudo ali está em chamas, devido aos fortes bombardeamentos da Força Aérea e da Armada do MPLA, bem como aos ataques da artilharia pesada da UNITA".

Há 10 dias o controlo governamental estava restrito a menos de 30 por cento do território de Angola, mas agora essa desvantagem poderá aparentemente vir a diminuir, numa altura em que os Estados Unidos tentam conversar com a UNITA e levá-la a ser mais maleável.

O delegado daquele movimento em Washington, Jardo Muekalia, confirmou na sexta-feira à Lusa que há a possibilidade de homens da UNITA se reunirem dentro de dias com representantes norte-americanos numa cidade de África.

Os Estados Unidos continuam a querer que Luanda e UNITA reatem o diálogo, sob pena de virem a encarar a hipótese de reconhecer finalmente o regime angolano, se entenderem que a culpa do impasse é claramente da UNITA.

Por seu turno, quatro países africanos, Marrocos, Gabão, Costa do Marfim e Senegal, também se declaram dispostos a dar uma ajuda para que as autoridades angolanas e o grupo de Savimbi cheguem a um compromisso, de modo a evitar os combates em que nos últimos meses têm morrido dezenas de milhares de pessoas. ■



PÚBLICO, 18.3.93

Assassinato gera rumores de golpe

O COMANDANTE das Forças de Intervenção Rápida (FIR), major Robalo, figura muito próxima do Presidente João Bernardo Vieira e considerado um dos seus "incondicionais" depois do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, foi morto ontem à tarde à queima roupa por um sargento de nome Amadu Mané, que também pertenceu às FIR e às Forças Especiais de Desembarque.

Em Bissau, embora sem confirmação oficial, falava-se ontem à noite de uma tentativa de golpe de Estado que teria sido neutralizada pelos homens do major Robalo. Entretanto, a fonte contactadas pelo PÚBLICO não confirmou esta versão, limitando-se unicamente a dizer que há "problemas com alguns militares".

A mesma fonte adiantou ainda que alguns militares tinham sido demitidos nas passadas segunda e terça-feira pela Segurança de Estado para averiguações, sob a alegação de que estariam a ser instrumentalizados pela ala radical do PAIGC, partido no poder, a fim de reivindicarem um estatuto especial no seio da sociedade castrense.

Embora a vida em Bissau decorresse sob aparente normalidade ontem à tarde, com a rádio a transmitir em directo o jogo Juventus-Benfica, as unidades militares estavam de prevenção e, ao princípio da noite, notava-se uma forte movimentação de militares armados, sobretudo nas zonas do Palácio da República, do Quartel-General e do Ministério da Segurança.

Sabe-se que Amadu Mané, depois de ter atingido mortalmente o major Robalo, sequestrou um condutor e uma rapariga pondo-se de seguida em fuga, numa viatura civil, com os reféns. ■ **António Soares Lopes, em Bissau**

PÚBLICO, 19.3.93

Apesar do desmentido dum golpe de Estado a tensão persiste em Bissau

Tropa descontente

António Soares Lopes em Bissau

Numa sociedade onde tudo se arrasta e tanto o desenvolvimento como a democracia tardam em triunfar, o rumor é rei, sendo sempre difícil de destrinçar onde acaba a verdade e começa a pura especulação. É assim agora, uma vez mais, na Guiné-Bissau, após o assassínio do comandante de uma força de elite.

Um comunicado do Estado-Maior das Forças Armadas Guineenses lido ontem à tarde aos microfones da Rádio de Bissau considerou a morte do major Robalo Gomes de Pina, comandante das Forças de Intervenção Rápida (FIR), "um simples incidente" ocorrido na quarta-feira, cerca das 16 horas locais (17 em Lisboa), com um subordinado.

A referida nota afirma que nada permite dizer que houve uma tentativa de golpe de Estado, como foi veículado pela imprensa estrangeira. Mas em Bissau, onde a vida se processa normalmente, é agora bem visível a presença dos militares e soam os mais desencontrados rumores sobre a agitação patente nos meios castrenses, onde parece que nem todos se entendem.

A nota militar não identifica o autor do crime, limitando-se a dizer que ele se encontra em fuga, recomenda calma às populações e adverte que o Estado-Maior vai tomar todas as medidas para manter a ordem pública.

O PÚBLICO confirmou no entanto, junto de fonte militar, que o sargento Amadu Mané, que estava à espera de promoção e conta com apoios em certas unidades, foi o autor do crime e está a ser procurado nos bairros periféricos da capital, designadamente no de Sintra-Nema.

Embora as autoridades militares insistam em diminuir a gravidade do caso, rumores de uma intentona não cessam de circular em Bissau. Nos meios diplomáticos falava-se ontem de três unidades amotinadas, que não permitiam a entrada das chefias militares nos seus quartéis.

Por outro lado, os militares afectos ao regime e o corpo da polícia continuam a ocupar pontos estratégicos da capital, nomeadamente o Palácio da República, televisão, rádio, empresa de electricidade e o Ministério da Segurança (que nos dias 15 e 16 tinha chamado alguns elementos das Forças Armadas, a fim de prestarem declarações sobre uma certa agitação patente nas fileiras). Militares armados circulam em viaturas de patrulha em grande velocidade pelas artérias da capital, em contraste com a vida que continua igual em toda a cidade. Estranhamente, o Governo 24 horas depois do referido incidente não divulgou qualquer informação nem se reuniu para debater o caso.

Segurança contra militares

Um capitão da brigada mecanizada, militante do PAIGC desde 1962, Abdou Djassi, de formação cubana, pediu socorro à embaixada da Suécia, através da Liga Guineense dos Direitos do Homem, quarta-feira à noite, alegando recear pela sua vida por estar a ser perseguido pela Segurança do Estado. O encarregado de negócios da Suécia em Bissau, Rolf Folkesson, confirmou ao PÚBLICO este caso e assegurou que deu guarida ao militar durante toda a noite, por motivos humanitários, e que ontem, depois do seu acordo e do da Liga, o capitão Djassi foi entregue ao Estado-Maior, que por sua vez deu garantias de zelar pela integridade física do combatente da liberdade da Pátria, como são conhecidos os guerrilheiros que fizeram a luta armada pela independência.

O clima de descontentamento que reina na sociedade castrense poderá estar na origem do assassinato do comandante das FIR, um homem próximo do Presidente "Nino" Vieira. E nota-se a propósito que ninguém vê desde há dias um antigo chefe do Estado-Maior, o coronel Ussumane Mané, "Bric-Brac", um dos velhos combatentes que não teria ficado muito satisfeito com a primazia dada ultimamente a militares mais novos e mais abertos às ideias reformistas.

A tensão começou a agudizar-se nos quartéis em Agosto do ano passado, quando um grupo de militares do qual fazia parte o capitão Djassi, endereçou ao ministro da Defesa uma carta aberta denunciando as más condições de vida nos aquartelamentos, falta de géneros alimentícios e ausência de meios que garantam o cumprimento do programa de preparação combativa.

Na altura, o ministro da Defesa, Samba Lamine Mané, admitiu haver motivação política na atitude dos militares, que não se conseguiriam adaptar aos novos tempos.

Eleições em suspenso

Quarta-feira, à hora a que se verificava o assassínio do major, os políticos guineenses punham-se finalmente de acordo e indigitavam um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, Alberto Batista Lopes, de 40 anos, vulgo "Dickson", para o cargo de Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Ultrapassado o bloqueio verificado na Comissão Multipartidária de Transição (CMT) devido à ausência de diálogo entre muitos dos partidos existentes no país, e depois de vários nomes terem sido chumbados, ora por uns, ora por outros, os líderes das diversas formações políticas legalizadas deram aval a cinco figuras independentes que completarão a CNE: "Dickson", os magistrados Fernando Gomes (presidente da Liga Guineense dos Direitos do Homem) e Desejado Carvalho e os empresários Elisé Turpin e Henrique Rosa.

O diálogo sobre a prolongada transição para uma verdadeira prática democrática na Guiné-Bissau tem sido deveras difícil, sobretudo a nível da CMT, órgão de concertação interpartidário, e isso ajuda muitas vezes o Presidente João Bernardo Vieira, "Nino", que desde Novembro de 1980 se encontra em tais funções.

"Conversar diariamente com o Presidente Vieira simplificou tudo e, se assim continuar, talvez se consigam realizar as eleições ainda este ano" — declarou ao PÚBLICO o velho po-

Continua na pág. 11

Político guineense em entrevista ao PÚBLICO

PÚBLICO, 21.3.93

É preciso evitar que haja sangue

Jorge Heitor

O presidente do Partido da Convergência Democrática (PCD) entende ser necessário actuar com muito cuidado para que não haja derramamento de sangue na Guiné-Bissau, após quase 19 anos de administração desastrosa por parte do PAIGC.

Victor Mandinga, de 38 anos, líder do PCD, que se considera uma das principais formações da oposição ao actual regime guineense, defendeu em entrevista ao PÚBLICO a utilidade de Portugal intervir como medianeiro da transição do seu país para uma verdadeira prática democrática.

Mandinga, que na sexta-feira à noite foi recebido em Lisboa pelo Presidente Mário Soares e que no decurso desta semana espera vir a falar ao primeiro-ministro Cavaco Silva, entende que Portugal poderá facilitar o diálogo entre o Chefe do Estado guineense, João Bernardo Vieira, e as forças da oposição, para que não venha a correr sangue naquela antiga colónia.

A eventualidade de "Nino" vir a ficar, ainda que transitoriamente, no lugar que actualmente ocupa, mas com um Governo de Unidade Nacional, foi admitida pelo chefe do PCD como solução possível para a ultrapassagem do impasse entre os militantes do PAIGC e as diversas forças que o combatem.

Victor Mandinga, que em 1980 terminou em Lisboa o seu curso de Economia e foi para Bissau trabalhar sucessivamente no Banco Central e no Ministério dos Recursos Naturais, antes de em 1986 ter enveredado pela actividade privada, disse-nos que — no seu entender — as forças hoje em dia mais significativas do xadrez guineense são o Movimento Bafatá, o PCD e o PAIGC. Crê que este último dificilmente poderá conseguir nas eleições mais de 20 por cento dos votos, enquanto o seu próprio partido aspiraria aos 35/40 por cento.

Quer "Nino" Vieira e o PAIGC vençam em conjunto as presidenciais e as legislativas previstas para o fim deste ano quer a vitória caiba por inteiro à oposição, há sempre o perigo de correr sangue — considera o jovem empresário, em cujo entender talvez o melhor fosse ficar um Presidente de uma tendência e um Governo maioritariamente de outra. Ou seja, admite que o actual Presidente possa vir a ser reeleito, mas que na futura administração predominem o Movimento Bafatá e o Partido da Convergência Democrática, que pertence à família liberal.

"PAIGC é racista"

"É aborrecido que o PAIGC continue racista", disse-nos a dada altura da entrevista um homem que pelo lado materno é tetraneto do governador Honório Barreto e que, por ser filho de um são-tomense, não pode aspirar ao mais alto cargo do seu país, reservado pela lei àqueles cujos pais já nasceram na Guiné-Bissau.

"Os afro-luso descendentes representam na Guiné 10 a 15 por cento e não vamos parar" de combater todas as tendências de racismo surgidas no país — acrescentou Victor Mandinga, que jocosamente se considerou "ribatejano", pois que fez os estudos secundários em Santarém e Abrantes. E que conta com grandes amizades nos meios empresariais de Aveiro e do Porto.

"Normalmente, Bernardo Vieira promete e não cumpre", comentou igualmente o nosso entrevistado, segundo o qual "as esperanças da Guiné-Bissau são vãs desde 1974", pois nem o Presidente Luís Cabral nem o homem que em 1980 o derrubou foram capazes de administrar de forma eficaz o país independente pelo qual haviam lutado homens como Rafael Barbosa e Amílcar Cabral.

"O grande erro do PAIGC foi ter tentado instalar o equivalente à ditadura do proletariado, a que chamou democracia nacional revolucionária... É um partido com uma lógica político-militar de exclusão sistemática do cidadão. Mas gostaríamos, apesar de tudo, de não o excluir da II República", prosseguiu Mandinga, que não acredita muito que as primeiras eleições legislativas e presidenciais de uma Guiné pluralista se possam verificar antes do próximo mês de Dezembro.

"Não pretendemos pôr o PAIGC e Nino Vieira fora da convivência política", insistiu o presidente do PCD, cujo grupo se associou ultimamente a outros três (incluindo a FLING) numa coligação de incidência eleitoral, a Unido, que se diz aberta a outras forças e que defende um Governo de unidade nacional o mais abrangente possível: "Se não houver diálogo, a paz pode vir a ser difícil."

■

Continuação da pág. 10

Tropa descontente

lítico guineense Rafael Barbosa, líder da Frente Democrática Social (FDS), que não esconde a sua preocupação por ainda não estar feito o recenseamento eleitoral.

Quanto a João da Costa, ex-ministro da Saúde que hoje dirige o Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), disse-nos que para haver resultados concretos as conversações deverão ser feitas a nível da Presidência da República, pois os bloqueios são muitos e não se pode perder mais tempo, porque urge implementar a democracia.

A Assembleia Nacional Popular (ANP) vai reunir-se nos próximos dias a fim de rever o recém aprovado sistema de votação, que foi rejeitado pelos partidos da oposição. Os deputados, todos eles afectos ao regime do PAIGC, pretendiam uma urna por cada partido, o que na opinião dos adversários não garantia o secretismo do voto e intimidava a população.

A ANP também não queria dar voto aos emigrantes nem aos cidadãos com dupla nacionalidade, como é o caso de muitos guineenses que durante mais de 15 anos viveram em Portugal e só ultimamente têm estado a regressar à sua terra.

Mas a discussão que mais empolgou o país diz respeito à lei segundo a qual só se podem candidatar às presidenciais os guineenses de origem e filhos de pais também naturais da Guiné-Bissau. Era uma tese há muito defendida pelos sectores mais radicais do PAIGC e que teria atingido o próprio fundador do partido, Amílcar Cabral, bem como os actuais vice-presidentes guineenses, Iafai Camará e Vasco Cabral.

Quando tal lei foi aprovada na anterior sessão da Assembleia, alguns deputados — como Manuel Santos e Filinto Barros, respectivamente anterior e actual ministro das Finanças — abandonaram os trabalhos em sinal de protesto.

■

EXPRESSO, 20.3.93

Conflito de gerações motivou golpe em Bissau

Eduardo Lobão
(Agência Lusa) em BISSAU

UM CONFLITO geracional entre antigos combatentes e jovens oficiais, enquadrado por uma gravíssima crise económica e um impasse no processo de transição política, marcou esta semana a vida na Guiné-Bissau, que esteve à beira de um golpe de Estado.

O clima de descontentamento generalizado que se vive no meio militar guineense é a causa mais plausível para o levantamento armado de quarta-feira, em que número indeterminado de revoltosos tomou o controlo de duas unidades na capital. Em resposta, as chefias militares colocaram um forte dispositivo armado nas ruas, a proteger pontos estratégicos, como as estações de rádio e televisão, a central eléctrica, aeroporto, correios e os edifícios que abrigam o Palácio da República, Parlamento e Ministério do Interior.

Este levantamento armado, aparentemente sem conexão com uma possível tomada do poder, provocou pelo menos um morto, o major Robalo Pina, incondicional do Presidente Nino Vieira, que, na opinião de observadores em Bissau, «apanhou um valente susto».

Tudo terá começado há semanas, quando antigos combatentes, inconformados com a passagem à reserva e a substituição das chefias militares por quadros jovens, e enquadrados por elementos da linha dura do PAIGC, o partido no poder, questionaram as mudanças operadas no meio castrense.

A crise precipitou-se na quarta-feira, quando o sargento Amadú

Continua na pág. 12

Empresários portugueses em Maputo

EXPRESSO, 20.3.93

Moçambique é um país viável?

SERÁ Moçambique um país viável? A curto e médio prazo, não. Mas a longo prazo é. A pergunta — retórica e metódica — e a respectiva resposta foram colocadas quinta-feira, em Maputo, pelo vice-ministro do Plano da República de Moçambique, Tomás Salomão, num seminário sobre cooperação empresarial entre os dois países, promovido conjuntamente pela AI Portuense, AI de Moçambique, Banco de Fomento e Exterior, Norpedip e SPELM.

A audiência, constituída por empresários e técnicos, que enchiam por completo uma ampla sala no novo centro de congressos do Hotel Polana, concordou com a resposta. Mas a pergunta que os empresários portugueses presentes gostavam de ver respondida era diferente: serão os seus projectos de investimento neste país rendíveis e viáveis? Só com o recurso a uma bola de cristal se poderia obter uma resposta fiável a esta questão.

O cruzamento, no espaço e no tempo, de diferentes e numerosas delegações portuguesas, totalizando mais de 60 pessoas, alterou por completo o ritmo tradicionalmente calmo e sossegado da capital moçambicana.

Associação Industrial Portuense, Associação Nacional de Jovens Empresários, Banco de Fomento Exterior e Governo (Mira Amaral e José Brás) concentraram-se no Maputo por diferentes motivos e estiveram em conjunto no seminário.

As virtudes de toda esta excitação são questionadas pelo presidente da Elo, uma associação que promove a cooperação. Virgílio Folhadela teme que Governo e empresários portugueses criem uma expectativa demasiado elevada na parte moçambicana.

Esta preocupação de boa credibilidade nacional junto dos moçambicanos tem a sua razão de ser. Só para citar um exemplo, examinemos o caso da televisão. Por ocasião da visita a Maputo de Cavaco Silva, em 89, Durão Barroso assinou, sob os olhares atentos do primeiro-ministro português e de Joaquim Chissano, um protocolo de cooperação que contemplava, entre outras coisas, a construção e equipamento, financiados pelo nosso país (valor global de 840 mil contos), de um centro de televisão em Maputo.

Quatro anos volvidos sobre a assinatura do protocolo e 15 dias depois de na capital moçambicana o secretário de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, ter afirmado, numa reunião com Chissano e numa conferência de imprensa, que o assunto estava finalmente desbloqueado, a televisão moçambicana mantém-se encaixotada num andar da Avenida Julius Nyerere, e emitindo a partir de um estúdio com menos de 30 metros quadrados. O projecto ainda não saiu do papel. A RTP — a quem foi adjudicada a obra — aguarda, de acordo com o seu delegado no Maputo, Serradas Duarte, a «luz verde» governamental para pôr a concurso a obra de construção civil.

Moçambique, um dos países mais pobres do mundo — se não mesmo o mais pobre —, precisa de investimento como de pão para a boca, mas não é exactamente um paraíso para os empresários. O custo de mão-de-obra é ridículo. O salário médio mensal é inferior a quatro contos, o que permite a cooperantes portugueses pagarem a cinco empregados domésticos menos de metade do que gastariam em Portugal com um só. Mas o país está destruído pela guerra que todos esperam ter acabado a 19 de Outubro passado, com a assinatura do Tratado de Paz, em Roma.

Os efeitos da guerra na economia são devastadores. No ano passado, Moçambique, um país povoado por cerca de 16 milhões de pessoas — 67 por cento dos quais declarados oficialmente analfabetos — e com um tamanho 8,5 vezes superior ao de Portugal, exportou «por junto e atacado» produtos no valor de apenas 10,5 milhões de contos — cerca de 40 por cento dos quais conseguidos pela venda de camarão —, metade do que exporta sozinho o Grupo Amorim.

Com um PIB «per capita» de 80 dólares (aproximadamente 12 contos), a antiga colónia protuguesa não oferece aos investidores a perspectiva de um interessante mercado interno.

O presidente da Câmara Portugal/Moçambique estima que apenas um em cada cinco moçambicanos possa ser considerado um consumidor. **«Embora tenha uma população de 16 milhões de habitantes, penso que somente cerca de três milhões poderão ser considerados consumidores, mesmo tendo em linha de conta que muitos desses se encontram numa situação de consumo de sobrevivência»**, disse Daniel Pedrosa Lopes.

O reacender da guerra em Angola é responsável pelo virar das atenções dos empresários portugueses para a costa oriental de África. Mas é a síndroma angolana que os faz temer a possibilidade de a paz não ser duradoura. Ludgero Marques, presidente da AI Portuense e um promotor entusiasta do investimento português em Moçambique, acredita que a paz é para valer. E este optimismo é generalizado no país. **«Está a correr melhor do que se pensava»**, confessa Ana Maria Koehler, delegada do ICEP no Maputo. **«Somos demasiado pobres para suportar mais guerras»**, afirma Gilberto Faria, presidente da Associação Comercial da Beira, acrescentando que Moçambique aprendeu com os erros angolanos.

Enquanto se aguarda pela reacção dos partidos a eleições, que não deverão ter lugar antes de Junho do próximo ano, o investimento português regressa ao Índico.

Um quarto dos 95 milhões

Continua na pág. 13

Continuação da pág. 11

Conflito de gerações motivou golpe em Bissau

Mané, actualmente a monte, desferiu cinco tiros no major Robalo, comandante das Forças de Intervenção Rápida (FIR), corpo de elite directamente dependente de Nino.

Duas unidades militares da capital amotinaram-se então, não sendo autorizada a entrada no seu perímetro das chefias militares.

A pronta resposta das chefias militares, apoiadas pelos fuzileiros, neutralizou rapidamente os revoltosos, que não lograram controlar outras unidades.

Actualmente, estão presos nove militares. Um décimo, o capitão Abdou Djassi, após se ter refugiado na Embaixada da Suécia, foi levado, com o seu acordo, para o quartel-general das Forças Armadas.

Nino colocou-se, desde o início, do lado das chefias militares, tendo mesmo passado a noite de quarta para quinta-feira no quartel-general. O Presidente deu um outro sinal de que estava contra os revoltosos ao incorporar-se, ontem à tarde, no funeral do major Robalo.

A única reacção pública à crise militar proveio da chefia do Estado-Maior-General. O Governo mantém-se calado, bem como as forças políticas da oposição. No PAIGC revela-se algum desconforto, face à participação de militantes seus na instrumentalização dos antigos combatentes.

Não deixe de assinar

Várias publicações em uma

Uma seleção criteriosa de recortes das principais notícias sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e sobre a África Austral publicadas nos jornais

Militares portugueses para Moçambique

Primeiro escalão embarca em inícios de Abril

PÚBLICO, 21.3.93

O PLANO de paz para Moçambique, coordenado pela ONU, tem novo impulso. Em Lisboa, na parte que compete ao Ministério da Defesa, foram dadas instruções para acelerar a concretização dos meios relativos à participação portuguesa. O primeiro escalão de efectivos deve embarcar no princípio de Abril e todo o contingente estar em Moçambique no fim desse mês. O total do efectivo português vai ser aproximadamente de 400 elementos.

A permanência da força de "capacetes azuis" vai ser organizada de modo a cobrir todo o país, a partir de uma divisão territorial já estabelecida: Norte, Centro e Sul. O quartel-general vai situar-se no Maputo e as sedes do Centro e do Norte devem ser instaladas na Beira e em Nampula, embora, em relação à região Norte, haja alternativas, designadamente Nacala que conta com o benefício do porto e de instalações aeronáuticas ainda operacionais.

A equipa militar que foi a Moçambique fazer a avaliação das necessidades logísticas e dos equipamentos a usar pelo Batalhão de Transmissões já fez um primeiro relatório ao Estado-Maior do Exército e ao Ministério da Defesa. A missão portuguesa vai constituir-se em três níveis. Um será a missão político-militar, em cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros; o segundo, designado "missão técnico-militar", terá função directa na formação das forças armadas; e o terceiro nível, será operacional, cabendo-lhe assegurar as comunicações entre os diversos batalhões da força de paz e os órgãos de fiscalização.

Portugal deverá ainda manter no terreno meios aéreos de apoio, prevendo-se que a missão seja atribuída à Esquadra de C-130. Está também a ser considerada a necessidade de deslocar para o terreno um avião Falcon-20. Da responsabilidade do Exército, as oficinas de material tem praticamente pronto o contingente de material terrestre — mais de meia centena de veículos de transporte e reabastecedores de água e combustíveis —, com as cores da ONU. Segundo fonte do Ministério da Defesa, o material pesado vai ser transportado para Moçambique por via marítima, enquanto que a maior parte do equipamento de comunicações seguirá a bordo dos C-130.

A operação de instalação dos militares no terreno acaba por ser menos fácil e mais cara que o previsto. Segundo os oficiais que fizeram a avaliação das infra-estruturas, há que encarar soluções de recurso. Em certos locais, é impensável utilizar as instalações postas à disposição, dado o seu mau estado, em particular no tocante a condições sanitárias. A alternativa será instalar aquartelamentos de campanha e respectivas estruturas de apoio. ■

César Camacho

Continuação da pág. 12

Moçambique é um país viável?

de contos de investimento estrangeiro recenseados desde 1985 é de origem portuguesa, o que torna o nosso país o terceiro maior investidor em volume, a seguir à Grã-Bretanha e à vizinha África do Sul, mas o primeiro em número de projectos (43).

A AI Portuense está empenhada em aumentar este valor. Por isso liderou a criação da Sociedade de Promoção Empresarial Luso-Moçambicana (SPELM), que a partir do próximo mês terá como representante permanente em Maputo Castilho Dias, ex-presidente da APDL. Esta semana deu um novo passo ao apadrinhar a assinatura pelo Banco Comercial de Moçambique, Banco Popular do Desenvolvimento, Banco de Fomento e Exterior e SPELM de um protocolo para a criação de uma sociedade de capital de risco. A SCR a criar terá a Norpedip como «parteira» e um capital social que rondará os 800 mil contos. De acordo com o protocolo, serão efectuadas diligências para captar novos accionistas, **«nomeadamente instituições locais e estrangeiras e, no caso destas últimas, com especial incidência nas agências internacionais de cooperação económica».**

Apesar do relativo insucesso que este tipo de sociedades tem tido em Portugal, os promotores acreditam que a nova SCR vai dar um contributo decisivo para a reabilitação do tecido industrial moçambicano. Toda a gente espera que, a longo prazo, as companhias em que a sociedade de capital de risco participe sejam tão viáveis quanto Tomás Salomão acredita que o seu país o é.

A formação profissional é outra das vertentes de intervenção da AI Portuense em Moçambique. Depois de esta semana ter inaugurado a sala de informática do Centro de Formação Industrial local, tem um projecto, dirigido por Taveira dos Santos, denominado Femo (Formação Estratégica para Moçambique), orçado em 66 mil contos, para a formação, em Maputo, Beira e Nampula, de 400 moçambicanos em gestão empresarial e administração pública, num total de 1184 horas.

Jorge Fiel
enviado a MOÇAMBIQUE

São Tomé e Príncipe

Partido de Trovoada nasce discreto

PÚBLICO, 22.3.93

PRESSA. Eis a palavra-chave capaz de resumir a celeridade com que o primeiro encontro nacional da Acção Democrática Independente (ADI) aprovou ontem o manifesto, o programa e os estatutos do novo partido, que desde o ano passado se encontrava em gestação na pequena república de São Tomé e Príncipe.

Gabriel Costa, assessor do Presidente Miguel Trovoada para os Assuntos Políticos e potencial secretário-geral depois do Congresso que deverá ainda este ano ratificar as decisões e deliberações ontem tomadas, foi o mestre de cerimónias. Coube-lhe responder às dúvidas e interrogações dos delegados vindos dos sete distritos do país, ler e submeter à aprovação os três documentos provisoriamente adoptados, criar ambiente nos intervalos dialogando com a imprensa e com os convidados e, ainda, explicar por que razão o partido de sustentação do Presidente Trovoada agora oficialmente proclamado vai manter a sigla com que — como simples movimento de cidadãos — concorreu às eleições autárquicas de 6 de Dezembro último.

De resto, a impressão com que se ficou foi de que o mandato deste primeiro encontro se esgotou exclusivamente no acto de proclamação do partido da Acção Democrática Independente. Tudo o mais foi provisório: a coordenação interina liderada por Gabriel Costa vai manter-se em funções até à realização do Congresso; o manifesto, o programa e os estatutos ficarão também à espera da ratificação do Congresso; o mesmo acontecendo com os símbolos do novo partido. Mas o mais importante — afirmar a ADI como um novo protagonista do xadrez partidário local — foi conseguido. No meio de uma intencional discrição, sem alarde e sem apoteose.

De resto, a pressa que comandou o processo de transformação da ADI em partido é justificada. Após as eleições autárquicas de Dezembro, nas quais o MLSTP/PSD (há dois anos afastado do poder, nas primeiras eleições pluralistas que se efectuaram em São Tomé e Príncipe) conquistou cinco das sete câmaras em disputa, cilindrando o actual partido do Governo, o PCD/GR, o país vive uma situação algo indefinida. O primeiro-ministro Norberto Costa Alegre, que tomou posse em Maio do ano passado, excluiu há dias a possibilidade de vir a remodelar o seu Governo e demarcou-se da ideia de formação de um gabinete de unidade nacional dizendo que os mandatos conferidos nas urnas devem ser cumpridos.

O MLSTP/Partido Social Democrata, de Carlos Graça, principal partido da oposição, diz que não é bem assim e defende a antecipação das legislativas, avançando como argumento o que define por desautorização do Partido da Convergência Democrática (PCD/Grupo de Reflexão) nas eleições locais. E no centro deste diz-que-sim-diz-que-não encontra-se o Presidente Miguel Trovoada, de candeias às avessas com o PCD desde que em Abril do ano passado demitiu o Governo de Daniel Daio, mas cada vez menos apto a gerir a aliança tácita anteriormente estabelecida com um MLSTP agora extraordinariamente moralizado pela vitória nas autárquicas. Entre o ex-aliado de há dois anos, bastante enfraquecido, e o ex-parceiro de há seis meses, hoje demasiado fortalecido, Trovoada sente que precisa de criar urgentemente a sua própria base de sustentação, sob pena de comprometer um real protagonismo no cenário político local. Esta a razão de ser da ADI, num momento de grande expectativa em que todos parecem aguardar que alguma coisa aconteça. ■

Conceição Lima, em S. Tomé

De quem (e porque) fogem os portugueses em Angola?

*Rui Ramos**

PÚBLICO, 22.3.93

No caso de Angola há, para os portugueses, uma posição indefensável. Trata-se da defesa da segurança e do direito à vida dos cidadãos que, por qualquer motivo, se encontram naquele país africano.

Não vamos questionar aqui a estranha aliança entre políticos e personalidades liberais, moderados e com posições democráticas, quando se posicionam face à generalidade das questões políticas, com a ideologia totalitária, fundamentalista e maoísta de Jonas Savimbi.

Nem os vamos aconselhar a apoiar o MPLA ou outra qualquer organização angolana. Não é isso o que está em causa.

O que não podemos silenciar é este vestir a roupa do avesso de alguns políticos e lobbyistas portugueses, sempre que a UNITA — e em especial o seu líder — ameaça portugueses e, o que é mais grave, os mata. Já não é a face ditatorial, monolítica, inquisitorial que choca. Esse é um problema angolano e os angolanos só têm que rejeitar ou escolher os líderes e organizações que mais lhes interessem.

O que envolve Portugal como um todo no conflito angolano é o que se passa com os seus cidadãos em Angola: de quem é que eles fogem, a quem se juntam, por quem são mortos.

A opinião pública — como as emoções — constroem-se, hoje em dia, a partir de imagens. Já se tinha chamado a atenção para a diferença das mortes com imagens e sem imagens. No Huambo "não houve nada", ninguém viu a UNITA matar famílias de intelectuais crioulos — esse grupo cultural que Portugal deixou em Angola e que são o único garante de que o grande país africano um dia se pode construir em democracia, desenvolvimento e lusofonia. Também ninguém "viu" a UNITA matar portugueses a sangue-frio, com tiros na nuca. Até que os testemunhos começaram a chegar, como aliás já tinham chegado anteriormente na voz de refugiados. Estranhamente, pouca gente se continua a indignar.

O jornalista Willian Tonet confirmou-o na terça-feira na SIC (e depois no Público), mas, mesmo assim, pode ser contestado pela UNITA — porque Savimbi lhe chamou "espião". Mas depois a portuguesa Bernardete Ribeiro, uma das fugitivas do Huambo (porque é que os portugueses sobreviventes do Huambo estão a fugir com as tropas governamentais?), que não tem nada a ver nem com o MPLA nem com a UNITA, reconfirmou o que Tonet e outros observadores independentes tinham testemunhado.

Porque é que políticos como Manuel Monteiro e outras individualidades ligadas ao "lobby" português da UNITA apoiam Jonas Savimbi, quando este, impunemente, continua a mandar matar portugueses?! Pode Manuel Monteiro (embora consideremos que a sua postura mais digna fosse a equidistância) apoiar o maoísmo de Savimbi contra o marxismo do MPLA, não temos nada com isso, é uma táctica política. Mas nos interesses nacionais não há tácticas. Há ética, há imperativos morais superiores que não se compadecem com interesses políticos.

Há muitos anos que os portugueses sofrem tormentos em Angola às mãos de Savimbi, que os trata sem qualquer consideração nem respeito.

E não é de agora. Já são conhecidas de há muito posições antiportuguesas da UNITA. Recordemos apenas o que, no longínquo Abril de 1975, João Vahekeni, então secretário de Estado do Interior do Governo de Transição por parte da UNITA, disse aos trabalhadores do porto de Lobito, referindo-se aos seus colegas portugueses: "Dêem-lhes combate, amarrem-nos, espanquem-nos, não os poupem." Pouco depois, portugueses fizeram greve contra estas declarações. Que lhes fizeram então os homens de Savimbi? Amarraram-nos primeiro e espancaram-nos depois.

Podem contestar-me que o MPLA também o fez. Se o fez — e não o fez nunca sistematicamente por serem brancos ou simplesmente portugueses —, foi penalizado pelos portugueses. Mais: é nas zonas do MPLA onde há manchas fixas e estáveis de imigração portuguesa. Na Huíla, por exemplo, a vasta comunidade de "xicoronhos" (porque ninguém fala dessa "tribo branca" de Angola?) são radicalmente anti-UNITA, porque perceberam, melhor do que os políticos de Lisboa, que a organização de Savimbi é antibranca e não quer a presença de portugueses em Angola.

Pode-se acusar de tudo o MPLA e o seu regime, mas há uma coisa em que ele (tal como os partidos emergentes saídos das suas dissidências) não pode ser beliscado: é que representa mesmo, quer se queira ou não, e apesar dos acidentes de percurso e de todos os complexos pós-coloniais, a ligação cultural angolano-portuguesa, que se configura no chamado "crioulismo" ou "mulatismo" — erigido em inimigo principal pela UNITA.

Basta que os simpatizantes portugueses de Savimbi leiam os seus escritos para compreenderem essa luta contra o que ele chama "regime de 'apartheid'", "regime de minoria", esse combate que Savimbi diz que é pela "maioria negra do povo oprimido de Angola".

A quem é que Savimbi chama "minoria"? Aos mulatos, aos filhos dos portugueses. Por favor, Manuel Monteiro e outros lobbyistas da UNITA, leiam as obras de Savimbi!

Por que é que Willian Tonet tem a cabeça a prémio? Por que é que Savimbi lhe tem tanta raiva? Porque Tonet é "mestiço", é descendente de portugueses e assume-se como tal. Para Savimbi, essa posição é intolerável e imperdoável. Para Savimbi, um preto é um preto e só o pode ser se for "genuíno". Para Savimbi, um branco é sempre um branco, um estrangeiro, ele que cometeu a ignomínia de chamar estrangeira à sua correligionária Fátima Roque — uma angolana —, que ao contrário de outros seus pares não negros, tem assumido uma postura digna nos últimos desenvolvimentos do difícil processo político angolano.

Por que é que a cidade de Benguela é anti-UNITA? Porque é a cidade do "mulatismo", quase 20 anos depois de Portugal de lá sair.

Senhores lobbyistas da UNITA: vão a Benguela e perguntem à população o que pensa da UNITA e de Savimbi. Aprendam com essa interculturação, esse belo exemplo (falhado em muitos outros locais) da presença portuguesa. Esses milhares de pessoas não são portugueses no sentido restrito do termo. Nem Portugal quer que eles o sejam. São angolanos, assumem-se como tal, tiveram uma participação muito activa na primeira campanha eleitoral angolana. Mas são produto do que houve de melhor na colonização portuguesa. Por isso, receiam tanto a UNITA.

Por todo o lado o que conhecemos é igual. No Bié, no Andulo, no Bailundo, um pouco por todo o planalto central angolano, os "restos" da presença portuguesa, os crioulos, mestiços ou mulatos, que muitos jornalistas estrangeiros foram incapazes de perceber, durante o período eleitoral de Setembro passado, mas que estavam integrados na população local e nos governos provinciais e municipais, mostraram-nos sem hesitar a sua posição anti-UNITA. Porque, argumentam, a UNITA é racista, é contra os brancos e mulatos. "Com a UNITA nós temos de dizer a toda a hora que somos pretos quando não o somos."

Essa aliança de portugueses com quem mata portugueses é um contra-senso. Continuar a aceitar a permanência em Portugal da representação (com estatuto paradiplomático) de uma organização cujo líder (e não só) assume posições radicais antiportuguesas a ponto de mandar matar portugueses é também uma aberração. ■

* jornalista luso-angolano

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Fereira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto e Rodilson Gonçalves de Sá. – Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 – 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. – Tel. (021)224-8622/R. 259, Fax (021)507-1155**
Assinatura anual: US$ 200,00 – **Assinatura semestral:** US$ 100,00

BRASIL

! DARCH
ERSITY LIBRARY
OF WESTERN CAPE
GY-17

IMPRESSO